



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 44

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS

DESTINADAS A Apreciação DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dias 26 e 27 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.083-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o «Plano Nacional de Viação» estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64;

Dia 28 de abril:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-63 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes»;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira;

Dia 10 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências;

Dias 11 e 12 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior;

Dia 13 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulament o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que senta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

Dia 24 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências;

Dia 25 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.619-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1955, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64, na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências;

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (veto total);

— ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências (veto total).

Senado Federal, 1º de abril de 1966. — Auro Moura Andrada

SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial), ao Projeto de Lei nº 3.083-C/65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o Plano Nacional de Viação estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29.12.64.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Matéria a que se refere
1	Alínea "b" do art. 1º, n. I;
2	Alínea "c" do art. 1º, n. I;
3	Alínea "d" do art. 1º, n. I;
4	Alínea "e" do art. 1º, n. I;
5	Alínea "f" do art. 1º, n. I.

SESSÃO CONJUNTA

Em 27 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.083-C/65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o Plano Nacional de Viação estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29.12.1964.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Matéria votada
1	Alínea "g" do art. 1º, n. I;
2	Alínea "h" do art. 1º, n. I;
3	Alínea "i" do art. 1º, n. I;
4	Inciso II do art. 1º;
5	Inciso III do art. 1º.

SESSÃO CONJUNTA

Em 28 de abril de 1966, às 10 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 1966 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação dos arts. 156, § 1º, item II, 172 (caput) e 175 e acrescenta um parágrafo ao art. 173 do Decreto-lei nº 7.661, de 25 de junho de 1945 (Lei de Falências).

SESSÃO CONJUNTA

Em 28 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1 — ao Projeto de Lei nº 2.071-B/64 na Câmara e número 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal (veto total);
- 2 — ao Projeto de Lei nº 1.176-B/63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território do Amapá (veto parcial);
- 3 — ao Projeto de Lei nº 3.272-B/65 na Câmara e número 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará o seguro de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira e dá outras providências (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria votada
1	1º	Totalidade do projeto.
2	2º	Art. 3º
3	3º	Art. 2º
4	3º	Art. 3º
5	3º	Art. 4º

MENSAGEM

Nº 5, de 1966 (C.N.)

(Nº 164, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

Tenho a honra de submeter a Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores, para que seja apreciado dentro do prazo estabelecido no art. 5º, § 3º, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o incluso projeto de lei que organiza a Justiça Federal de Primeira Instância.

Brasília, 20 de abril de 1966. — H. Castello Branco.

Projeto de Lei nº 5, de 1966 (C.N.)

Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A administração da Justiça Federal de primeira instância, nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, compete a Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos, com a colaboração dos órgãos auxi-

liares instituídos em lei e pela forma nela estabelecida.

Art. 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, para os fins desta lei, são agrupados nas seguintes Regiões Judiciárias:

1º CENTRO-OESTE: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Território de Rondônia;

2º NORTE: Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Território do Amapá e Território de Roraima;

3º NORDESTE: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Território de Fernando de Noronha;

4º LESTE: Bahia, Espírito Santo, Guanabara e Rio de Janeiro;

5º SUL: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Art. 3º Cada um dos Estados e Territórios, bem como o Distrito Federal, constituirá uma Seção Judiciária, tendo por sede a respectiva Capital.

Parágrafo único. O Território de Fernando de Noronha compreender-se-á, porém, na Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

CAPÍTULO II

Do Conselho da Justiça Federal

Art. 4º A Justiça Federal terá um Conselho integrado pelo Presidente, Vice-Presidente e três Ministros do Tribunal Federal de Recursos, eleitos por dois anos.

Parágrafo único. Quando escolher os três Ministros que integrarão o Conselho, o Tribunal Federal de Recursos indicará, dentre eles, o Cor-

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 126

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

regedor-Geral e elegerá, também, os respectivos Suplentes.

Art. 5º O Conselho da Justiça Federal funcionará junto ao Tribunal Federal de Recursos.

Art. 6º Ao Conselho da Justiça Federal compete:

I — conhecer de correição parcial requerida pela parte ou pela Procuradoria da República contra ato ou despacho do Juiz de que não caiba recurso, ou que importe erro de ofício ou abuso de poder;

II — determinar, mediante provimento, as providências necessárias ao regular funcionamento da Justiça e à disciplina forense;

III — organizar e fazer realizar concursos para o provimento dos cargos de Juiz Federal Substituto e dos serviços auxiliares da Justiça Federal;

IV — propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a nomeação dos candidatos aprovados em concurso, obedecida a ordem de classificação, e os demais atos de provimento e vacância dos cargos de Juiz Federal Substituto e de servidor da Justiça Federal;

V — conceder licenças e férias aos Juizes;

VI — conceder licenças aos servidores da Justiça Federal, por prazo superior a noventa dias e praticar os demais atos de administração e disciplina do pessoal, sem prejuízo da ação do Corregedor-Geral, e dos Juizes Federais;

VII — proceder a correições gerais ordinárias, de dois em dois anos, em todos os Juizes e respectivas Secretarias, e, extraordinárias, quando julgar necessário;

VIII — elaborar e fazer publicar, anualmente até 30 de março, relatório circunstanciado dos serviços forenses de primeira instância, relativos ao ano anterior;

IX — estabelecer normas para a distribuição dos feitos em primeira instância;

X — fixar a competência administrativa dos Juizes;

XI — especializar Varas, fixar sede de Vara fora da Capital e atribuir competência pela natureza dos feitos a determinados Juizes (art. 12);

XII — determinar a forma pela qual os Juizes Federais substitutos deverão auxiliar os Juizes Federais (art. 14);

XIII — regular a distribuição dos feitos entre os Juizes Federais e entre estes e os Juizes Federais Substitutos (art. 16);

XIV — prover sobre as substituições dos Juizes (art. 16);

XV — aplicar penas disciplinares aos Juizes e servidores da Justiça Federal;

XVI — determinar, mediante proposta do Diretor do Foro, a lotação dos serviços auxiliares de Seção Judiciária (art. 38, parágrafo único);

XVII — elaborar o seu Regimento e submetê-lo à aprovação do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 7º Dos atos e decisões do Conselho da Justiça Federal não caberá recurso administrativo.

Art. 8º O Conselho da Justiça Federal poderá delegar competência a Juizes Federais para correições gerais ou extraordinárias na Região a que pertencerem.

Art. 9º O relator da correição parcial poderá ordenar a suspensão, até trinta dias, do ato ou despacho impugnado, quando de sua execução possa decorrer dano irreparável.

CAPÍTULO III

Dos Juizes Federais

Seção I

Da Jurisdição e Competência

Art. 10. Estão sujeitos à jurisdição da Justiça Federal:

I — as causas em que a União, ou entidade autárquica federal, for assistente ou oponente, exceto as de falência e de acidentes do trabalho;

II — as causas entre Estados estrangeiros e pessoa domiciliada no Brasil;

III — as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;

IV — as questões de Direito Marítimo e de navegação, inclusive a área;

V — os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de entidades autárquicas federais, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

VI — os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VII — os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;

VIII — os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal não subordinada a órgão superior da Justiça da União;

IX — os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, executados os casos do art. 101, I, e do art. 104, I, b, da Constituição Federal;

X — os processos e atos de que trata a legislação concernente à expedição de títulos de naturalização.

Art. 11. A jurisdição dos Juizes Federais de cada Seção Judiciária abrangida toda a área territorial nela compreendida.

Parágrafo único. Os Juizes, no exercício de sua jurisdição e no interesse da Justiça, poderão deslocar-se de sua sede para qualquer ponto da Seção.

Art. 12. Nas Seções Judiciárias em que houver mais de uma Vara, poderá o Conselho da Justiça Federal fixar-lhes sede em cidade diversa da Capital, especializar Varas e atribuir competência por natureza de feitos a determinados Juizes.

Art. 13. Compete aos Juizes Federais:

I — processar e julgar as causas sujeitas à jurisdição da Justiça Federal (arts. 10 e 11), ressalvado o disposto no art. 15;

II — abrir, rubricar e encerrar os autos das respectivas Secretarias;

III — inspecionar, pelo menos uma vez por ano, os serviços a cargo das Secretarias, providenciando no sentido de evitar ou punir erros, omissões ou abusos;

IV — dar conhecimento imediato da inspeção realizada ao Corregedor-Geral, em ofício reservado, solicitando-lhe as providências cabíveis;

V — fornecer, anualmente, dados para a organização de estatísticas;

VI — processar e julgar as suspeições arguidas, contra os auxiliares do Juiz;

VII — aplicar penas disciplinares aos servidores do próprio Juiz;

VIII — apresentar, anualmente, relatório circunstanciado dos trabalhos sob sua jurisdição.

Art. 14. Os Juizes Federais Substitutos terão competência para auxiliar os Juizes Federais, inclusive para o processo e julgamento de feitos, na forma que o Conselho da Justiça Federal estabelecer, o substituí-los nas férias, licenças e impedimentos eventuais.

Art. 15. Nas Comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (art. 12), os Juizes Estaduais são competentes para processar e julgar:

I — os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas;

II — as vistorias e justificações destinadas a fazer prova perante a administração federal, centralizada ou autárquica, quando o requerente for domiciliado na Comarca;

III — os feitos ajuizados contra instituições previdenciárias por segurados ou beneficiários residentes na Comarca, que se referirem a benefícios de natureza pecuniária.

Seção III

Da Distribuição

Art. 16. A distribuição dos feitos entre os Juizes, bem como sua substituição, será, anualmente, regulada pelo Conselho da Justiça Federal, em provimento publicado no primeiro dia útil de dezembro, no *Diário Oficial da União* e no *Boletim da Justiça Federal* das Seções Judiciárias.

Parágrafo único. A distribuição far-se-á em audiência pública, mediante rodízio, sempre por sorteio, obedecida a seguinte classificação:

- I — ações ordinárias;
- II — mandados de segurança;
- III — executivos fiscais;
- IV — ações diversas;
- V — feitos não contenciosos;
- VI — ações criminais;
- VII — "habeas corpus";
- VIII — procedimentos criminais diversos.

Seção IV

Do número e da investidura

Art. 17. O número de Juizes Federais e de Juizes Federais Substitutos, para cada Seção, será o constante do Anexo I, desta lei.

Art. 18. Os Juizes de uma Seção Judiciária não poderão substituir os de outra, salvo na mesma Região, em caso de impedimento, nem poderão ser removidos senão a pedido, com a aprovação do Tribunal Federal de Recursos, ou na hipótese do art. 34.

Art. 19. Os Juizes Federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os nomes indicados, em lista quintupla, pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, para a organização da lista, escolherá:

- a) três dentre nove nomes de Juizes Federais Substitutos propostos pelo Tribunal Federal de Recursos;
- b) dois nomes de bachareis em direito, de notório merecimento e reputação ilibada.

§ 2º Se recair a nomeação em um dos nomes escolhidos na forma da alínea b, do parágrafo anterior, a lista quintupla, para o provimento da vaga subsequente, será composta exclusivamente de Juizes Federais Substitutos.

Art. 20. O provimento do cargo de Juiz Federal Substituto far-se-á mediante concurso público, de provas e títulos realizado na sede da Seção onde ocorrer a vaga, ou, a critério do Conselho de Justiça Federal, em outra sede de Seção da mesma Região.

Art. 21. Com o pedido de inscrição o candidato apresentará:

I — certidão que comprove ter mais de vinte e oito e menos de cinquenta anos de idade;

II — prova de estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar;

III — título de eleitor e prova de ter cumprido seus deveres eleitorais;

IV — diploma de bacharel em direito, devidamente registrado;

V — certidão que comprove o exercício, por quatro anos, de advocacia ou de cargo para o qual se exija diploma de bacharel em direito;

VI — certidão negativa dos distribuidores criminais dos lugares em que haja residido nos últimos cinco anos;

VII — folha corrida;

VIII — quaisquer títulos que entenda devam ser apreciados.

Art. 22. O Conselho de Justiça Federal indicará a vida pregressa dos candidatos e, em sessão secreta, independente de motivação, e conclusivamente, admitirá ou denegará a inscrição.

Parágrafo único. Os candidatos admitidos serão submetidos a exame de saúde e psicológico.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal organizará os pontos e o regulamento do concurso e os fará publicar, com antecedência mínima de trinta dias, nos *Diários Oficiais* dos Estados e Territórios da Região em

que o concurso se deva realizar e no *Diário da Justiça da União*.

Art. 24. O concurso constará de prova escrita e oral.

§ 1º A prova escrita versará sobre as seguintes matérias: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Fiscal e Direito Internacional Público.

§ 2º A prova oral versará sobre ponto de qualquer das matérias constante do parágrafo anterior, sorteado com vinte e quatro horas de antecedência.

Art. 25. A Comissão Examinadora, designada pelo Conselho da Justiça Federal, será constituída por um Ministro do Tribunal Federal de Recursos, que a presidirá, um Juiz Federal de qualquer Seção da Região, um professor de Faculdade de Direito Federal ou federalizada, e um advogado militante da Região em que se realizar o concurso, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 26. O prazo de validade do concurso para Juiz Federal Substituto será de três anos.

Art. 27. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos tomarão posse perante o Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. É permitida a posse por procuração.

Seção IV

Dos Deveres e Sanções

Art. 28. É vedado aos Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos:

I — exercer atividade político-partidária;

II — participar de gerência ou administração de empresa industrial ou comercial;

III — exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário;

IV — exercer função de árbitro ou de Juiz, fora dos casos previstos em lei.

Art. 29. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos enviarão, anualmente, ao Conselho da Justiça Federal cópia da sua declaração de bens apresentada à repartição do Imposto de renda.

Art. 30. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos deverão residir na cidade que for sede da Vara em que servirem, não podendo quando em exercício e nos dias de expediente, ausentar-se sem autorização do Corregedor-Geral.

Art. 31. Os Juizes usarão toga durante as audiências.

Art. 32. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos devem comparecer, nos dias úteis, à sede dos seus Juizes e ao permanecer durante o expediente, salvo quando em cumprimento de diligência judicial.

Art. 33. Pelas faltas disciplinares cometidas, ficam os Juizes sujeitos às penas de advertência e de censura, aplicadas pelo Conselho da Justiça Federal ou pelo Corregedor-Geral, conforme o caso.

Parágrafo único. A advertência e a censura serão feitas por escrito, sempre em caráter reservado, e registradas nos assentamentos do Juiz.

Art. 34. O Tribunal Federal de Recursos, ocorrendo motivo de interesse público, poderá, pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, propor a remoção ou a disponibilidade do Juiz Federal ou do Juiz Federal Substituto, assegurada, no último caso, a defesa (Constituição, art. 93, § 4º).

CAPÍTULO IV

Dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal

Seção I

Da Organização

Art. 35. Os serviços auxiliares da Justiça Federal serão organizados

em Secretarias, uma para cada Vara, com as atribuições estabelecidas nesta Lei.

Art. 36. Os Quadros de Pessoal dos serviços auxiliares da Justiça Federal compor-se-ão dos seguintes cargos:

- I — Chefe da Secretaria;
- II — Oficial Judiciário;
- III — Depositário-avaliador-leilãoiro;
- IV — Auxiliar Judiciário;
- V — Oficial de Justiça;
- VI — Porteiro;
- VII — Auxiliar de Portaria;
- VIII — Servente.

§ 1º Os cargos a que se refere este artigo são isolados e de provimento efetivo, mediante concurso, na forma estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 2º O regulamento do concurso conterá a relação dos documentos exigidos para a inscrição, a discriminação das matérias e dos pontos para as provas e será organizado pelo Conselho da Justiça Federal;

§ 3º O concurso realizar-se-á na Seção Judiciária em que ocorrer a vaga, nos termos de edital publicado, com antecedência mínima de trinta dias, no "Boletim da Justiça Federal" do *Diário Oficial* dos Estados ou Territórios que compõem a respectiva Região e no *Diário da Justiça da União*.

§ 4º São requisitos para o provimento do cargo de Chefe de Secretaria ser bacharel em direito e ter menos de quarenta e cinco anos de idade.

Art. 37. Os servidores da Justiça Federal tomarão posse perante o Juiz Diretor do Fórum.

Art. 38. Cada uma das Seções Judiciárias terá o seu quadro próprio de pessoal, com o número de cargos constante do Anexo II desta lei.

Parágrafo único. Na Seção onde houver mais de uma Vara, a lotação do pessoal será determinada pelo Conselho da Justiça Federal, mediante proposta do Diretor do Fórum.

Art. 39. O Chefe de Secretaria, em suas licenças, férias e impedimentos, será substituído pelo Oficial Judiciário designado pelo Juiz.

Seção II

Das Atribuições da Secretaria

Art. 40. A Secretaria compete:

I — receber e autuar petições, movimentar feitos, guardas e conservar processos e demais papéis que transitarem pelas Varas;

II — protocolar e registrar os feitos, e fazer anotações sobre seu andamento;

III — registrar as sentenças em livro próprio;

IV — remeter à Instância Superior os processos em grau de recurso;

V — preparar o expediente para despachos e audiências;

VI — exibir os processos para consulta pelos advogados e prestar informações sobre os feitos e seu andamento;

VII — expedir certidões extraídas de autos, livros, fichas e demais papéis sob sua guarda;

VIII — enviar despachos e demais atos judiciais para publicação oficial;

IX — realizar diligências determinadas pelos Juizes e Corregedores;

X — fazer a conta e a selagem correspondente às custas do processo;

XI — efetuar a liquidação dos julgados, na execução de sentença, quando for o caso;

XII — receber em depósito, guardar e avaliar bens penhorados ou apreendidos por determinação judicial;

XIII — realizar praças ou leilões judiciais;

XIV — fornecer dados para estatísticas;

XV — cadastrar o material permanente da Vara respectiva;

XVI — executar quaisquer atos determinados pelo Conselho da Justiça Federal, Corregedor-Geral, Diretor do Fórum ou Juiz da Vara.

Art. 41. Os atos e diligências da Justiça Federal poderão ser praticados em qualquer Comarca do Estado ou Território pelos Juizes locais ou seus auxiliares, mediante a exibição de ofício ou mandado em forma regular.

§ 1º Somente se expedirá precatória, quando, por essa forma, for mais econômica e expedita a realização do ato ou diligência.

§ 2º As diligências em outras Seções, sempre que possível, serão solicitadas por via telegráfica ou postal com aviso de recepção.

§ 3º As malas dos serviços da Justiça Federal terão franquia postal e gozarão de preferência em quaisquer serviços públicos de transporte.

§ 4º A Justiça Federal gozará, também, de franquia telegráfica.

Art. 42. Os oficiais de Justiça terão carteira de identificação, expedida pelo Juiz Federal da Vara em que servirem.

Art. 43. Mediante ordem judicial específica, os oficiais de Justiça terão livre acesso aos registros imobiliários, bem como aos livros e documentos bancários, para o cumprimento de mandado de penhora, sequestro, arresto, busca ou apreensão de bens ou dinheiro em favor da União ou de suas autarquias.

Capítulo V

Das Custas e Despesas do Processo

Art. 44. As custas serão pagas em ato, na primeira instância, pela forma estabelecida no Regimento, e compreenderão todos os atos do processo, inclusive a subida do recurso.

Parágrafo único. Não são devidas custas e quaisquer emolumentos na Instância Superior.

Art. 45. A União e suas autarquias estão isentas do pagamento de custas.

Art. 46. Os Chefes de Secretaria de Varas e os Diretores de Secretaria de Tribunais ficarão sujeitos à multa de um quinto do valor das custas do processo, quando este não for remetido à Superior Instância ou devolvido ao Juízo de origem, dentro em quinze dias, contados, respectivamente, do despacho ordinário da subida do recurso ou do trânsito em julgado da decisão superior.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será aplicada, de ofício ou a requerimento do interessado, pelo Juiz da Vara ou pelo Presidente do Tribunal, e recolhida por guia com recibo nos autos, sob pena de suspensão do pagamento dos vencimentos do infrator, até a satisfação dessa exigência.

Capítulo VI

Das Vencimentos e Vantagens dos Juizes e Servidores da Justiça Federal

Art. 47. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos terão os vencimentos fixados no Anexo III desta lei.

Art. 48. Os vencimentos dos servidores da Justiça Federal corresponderão aos valores dos símbolos, constantes do Anexo IV desta lei.

Art. 49. Além do vencimento fixado para os respectivos cargos, os Juizes e os servidores da Justiça Federal perceberão gratificação adicional por tempo de serviço, na base de cinco por cento (5%), por quinquênio de efetivo exercício, até sete quinquênios (Lei nº 4.345, de 16 de julho de 1964, art. 10) e salário-família, nas mesmas condições estabelecidas para os servidores públicos em geral.

Capítulo VII

Disposições Gerais

Art. 50. As férias dos Juizes serão individuais e de sessenta dias, goza-

das de uma só vez, obedecida a escala organizada pelo Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Não haverá férias forenses coletivas.

Art. 51. Aos Juizes e servidores da Justiça Federal aplicam-se, no que couber, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 52. Os Juizes e servidores da Justiça Federal serão contribuintes obrigatórios do IPASE, facultado aos primeiros contribuir para o Montepio Federal.

Art. 53. Os serviços judiciários funcionarão nos locais e horários estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal.

Art. 54. O Juiz é responsável pelo regular andamento dos feitos sob sua jurisdição e pelo bom funcionamento dos serviços auxiliares que lhe estiverem subordinados.

Art. 55. Nas Seções Judiciárias onde houver mais de um Juiz Federal, o Conselho da Justiça Federal designará um deles, anualmente, para exercer as funções de Diretor do Fórum e Corregedor permanente dos serviços auxiliares não vinculados diretamente às Varas.

Art. 56. A União fará publicar no Diário Oficial de cada Estado ou Território o "Boletim da Justiça Federal" no qual serão divulgados os atos da respectiva Seção Judiciária, para os efeitos previstos em lei.

Art. 57. A União e as autarquias federais consignarão, obrigatoriamente, em seus orçamentos, dotações para atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais.

§ 1º Esgotada a dotação, o Presidente do Tribunal Federal de Recursos proporá a abertura de créditos extra-orçamentários para os fins indicados neste artigo.

§ 2º As autoridades competentes deverão tomar as medidas necessárias à abertura dos créditos, a fim de permitir que as dívidas regularmente inscritas, no Tribunal Federal de Recursos, sejam liquidadas no prazo de cento e vinte dias.

Art. 58. Os pagamentos devidos pela União e pelas autarquias federais em virtude de sentença judicial far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias ao Banco do Brasil, em conta especial, à disposição do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, a quem caberá expedir as ordens de pagamento, segundo as possibilidades do depósito.

Art. 59. Na Seção Judiciária em que houver apenas uma Vara, o Juiz Federal integrará o Tribunal Regional Eleitoral, tendo como suplente o Juiz Federal Substituto.

Parágrafo único. Quando houver dolo de Recursos, indicará, com o seu mais de uma Vara, o Tribunal Federal suplente, o Juiz Federal que integrará o Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 60. Na Seção em que houver Varas da Justiça Federal especializadas em matéria criminal, a estas caberá o processo e julgamento dos mandados de segurança e de quaisquer ações ou incidentes relativos à apreensão de mercadorias entradas ou saídas irregularmente do país, ficando o Juízo preventivo para o procedimento penal do crime de contrabando ou descaminho (Código Penal, art. 334).

Art. 61. Além dos fixados em lei, serão feriados na Justiça Federal, inclusive nos Tribunais Superiores:

I — os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;

II — os dias da Semana Santa, compreendidos entre a quarta-feira e o Domingo de Páscoa;

III — os dias de segunda e terça-feira de Carnaval;

IV — os dias 11 de agosto e 1º e 2º de novembro.

Art. 62. O Tribunal Federal de Recursos organizará, para orientação da Justiça Federal de Primeira Instância, e dos interessados, Súmulas da sua jurisprudência, aprovadas pelo seu plenário, fazendo-as publicar, regularmente, no Diário da Justiça da União e nos Boletins da Justiça Federal das Seções.

Art. 63. Nos seus impedimentos temporários excedentes de trinta dias, ou quando necessário, os membros do Tribunal Federal de Recursos serão substituídos por Juizes Federais convocados na forma prevista no seu Regimento.

Art. 64. A polícia judiciária federal será exercida pelas autoridades policiais do Departamento Federal de Segurança Pública, observando-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Penal (Decreto-lei número 3.689, de 3 de outubro de 1941), da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, e demais normas legais aplicáveis ao processo penal.

Art. 65. O prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a quem competir o conhecimento do processo.

Parágrafo único. Ao requerer a prorrogação do prazo para conclusão do inquérito, a autoridade policial deverá apresentar o preso ao Juiz.

Art. 66. A autoridade policial deverá remeter, em vinte e quatro horas, cópia do auto de prisão em flagrante ao Procurador da República que funcionará junto ao Juiz competente para o procedimento criminal.

Art. 67. Da expedição de alvará de soltura o Chefe de Secretaria dará imediato conhecimento ao Procurador da República.

Art. 68. O parágrafo único do artigo 21 do Código de Processo Penal passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. A incomunicabilidade, que não excederá de oito dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963)".

Art. 69. A União intervirá, obrigatoriamente, nas causas em que figurarem, como autores ou réus, os partidos políticos, extintas as de competência da Justiça Eleitoral, e as sociedades de economia mista ou empresas públicas com participação majoritária federal.

Art. 70. Caberá ao Tribunal Federal de Recursos, em sessão plenária, julgar os mandados de segurança contra ato ou decisão do Conselho da Justiça Federal.

Art. 71. É vedada, sob pena de nulidade, a nomeação de cônjuge ou de parente até o 2º grau, consanguíneo ou afim, do Juiz Federal, para cargo dos serviços auxiliares da Seção Judiciária em que servir.

Capítulo VIII

Disposições transitórias

Art. 72. Dentro de vinte dias, a contar da publicação desta lei, o Tribunal Federal de Recursos constituirá o Conselho da Justiça Federal, que passará a funcionar imediatamente.

Art. 73. As primeiras nomeações para os cargos, ora criados, de Juiz Federal, Juiz Federal Substituto e de servidor da Justiça Federal, serão feitas em caráter efetivo, por livre es-

colha do Presidente da República, o sem as limitações desta lei.

Art. 74. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos tomarão posse e entrarão no exercício dos respectivos cargos, no prazo improrrogável de vinte dias, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 75. Na Seção Judiciária onde existir apenas uma Vara, o seu titular presidirá a comissão de instalação da Justiça Federal, composta do Juiz Federal Substituto, de um Procurador da República e de um advogado militante, indicado pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com a incumbência de: I — escolher e indicar o prédio onde funcionará a Justiça Federal;

II — preparar as minutas dos atos ou contratos necessários ao uso ou locação do prédio;

III — apresentar ao Conselho o organograma para a instalação das Varas e Serviços Auxiliares;

IV — providenciar a compra do material, mobiliário, máquinas e utensílios;

V — adotar medidas para o funcionamento provisório;

VI — executar os encargos cometidos pelo Conselho.

§ 1º Nas Seções onde existir pluralidade de Varas, integrarão a comissão os demais Juizes Federais, sob a presidência do titular da Primeira Vara.

§ 2º Os servidores nomeados na forma do art. 73 tomarão posse perante o Juiz titular da Vara única, ou da primeira Vara, e colaborarão nos atos de instalação da Justiça Federal.

Art. 76. Os livros e arquivos dos atuais Cartórios das Varas da Justiça local, privativas dos feitos da Fazenda Nacional, passarão para a Secretaria de uma das Varas, designada pelo Diretor do Fórum.

Art. 77. As Secretarias abrirão novos livros ou fichas nos quais registrarão os feitos recebidos dos Cartórios da Justiça local e os que lhe forem distribuídos diretamente.

Art. 78. Enquanto não forem nomeados e empossados os Juizes a que se refere o art. 94, inciso II, in fine, da Constituição, com a nova redação que lhe deu o art. 6º do Ato Institucional nº 2, continuarão a funcionar nos feitos da competência da Justiça Federal os Juizes Estaduais aos quais a legislação anterior atribuiu essa jurisdição.

§ 1º Essa competência residual temporária não cessará, depois da posse do titular federal, nos processos cujo instrução houver sido iniciada em audiência.

§ 2º Os serventários se auxiliares da Justiça Estadual servirão, igualmente, nos feitos de que trata este artigo, até a posse dos titulares federais.

Art. 79. O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Federal de Recursos farão baixar, de ofício, e independentemente do pagamento de custas, aos Juizes de origem, dentro de trinta dias da publicação desta lei, os processos com decisão passada em julgado, recurso deserto ou desistência homologada.

Art. 80. Serão declaradas peremptas, e arquivadas, por despacho, as ações propostas contra a União e suas autarquias, que estejam paralisadas há mais de um ano, se, dentro de trinta dias, contados da publicação desta lei, não forem cumpridas as diligências determinadas aos autores.

Art. 81. Serão arquivados, cancelando-se a dívida respectiva, os executivos fiscais inferiores à metade do maior salário-mínimo vigente, no país.

Art. 82. Enquanto a União não possuir estabelecimentos penais, a custódia de presos à disposição da Justiça Federal e o cumprimento de penas por ela impostas far-se-ão nos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 83. Os servidores e serventia-
rios da Justiça do antigo Distrito
Federal que, com a mudança da Ca-
pital Federal para Brasília, passaram
a integrar o serviços judiciários do
Estado da Guanabara, e que, em de-
corrência desta lei, pela perda de suas
atribuições, venham a ser aposenta-
dos ou postos em disponibilidade pelo
governo local, terão seus proventos
de aposentadoria ou disponibilidade
pagos pela União, nos termos da le-
gislação federal em vigor, respeitado,
em qualquer hipótese, o limite fixado
pelo art. 13 da Lei nº 4.863, de 29 de
novembro de 1965.

Art. 84. O Conselho da Justiça Fe-
deral, dentro de trinta dias a con-
tar de sua instalação, enviará ao Po-
der Executivo anteprojeto de lei que
institua o Regimento de Custas.

§ 1º Até que entre em vigor o Re-
gimento de Custas da Justiça Federal,
aplicar-se-á, em cada Seção Judiciá-
ria, o Regimento de Custas da Jus-
tiça Estadual respectiva, vedada ao
Juiz a percepção de percentagens ou
custas, a qualquer título.

§ 2º As custas a que se refere o
parágrafo anterior serão relaciona-
das pelo Chefe da Secretaria e reco-
lhidas, semanalmente, à repartição
federal arrecadadora competente, me-
diante guia visada pelo Juiz, como
renda extraordinária da União.

Art. 85. São criados, no quadro da
Justiça Federal:

I — Quarenta e quatro cargos de
Juiz Federal;

II — quarenta e quatro cargos de
Juiz Federal Substituto;

III — quarenta e quatro cargos de
Chefe de Secretaria;

IV — cento e dez cargos de Oficial
Judiciário;

V — vinte e nove cargos de Depo-
sitário-avaliador-leiloeiro;

VI — noventa e oito cargos de Au-
xiliar Judiciário;

VII — cento e sessenta e um cargos
de Oficial de Justiça;

VIII — quarenta e quatro cargos de
Porteiro;

IX — oitenta e oito cargos de Au-
xiliar de Portaria;

X — cento e dezesseis cargos de
Servente.

Art. 86. São criados, no Ministé-
rio Público Federal junto à Justiça

comum, três cargos, em comissão, de
Subprocurador-Geral da República.

Parágrafo único. Os cargos, a que
se refere este artigo, terão a designa-
ção de terceiro, quarto e quinto Sub-
procurador-Geral da República, e os
seus titulares, juntamente com o pri-
meiro e o segundo Subprocuradores-
Gerais, funcionarão, mediante desig-
nação do Procurador-Geral da Re-
pública:

I — dois perante o Supremo Tri-
bunal Federal;

II — um perante o Tribunal Su-
perior Eleitoral;

III — dois perante o Tribunal Fe-
deral de Recursos.

Art. 87. São criados, na carreira do
Ministério Público Federal junto à
Justiça comum:

I — nove cargos de Procurador da
República de Primeira Categoria;

II — treze cargos de Procurador da
República de Segunda Categoria;

III — vinte e quatro cargos de Pro-
curador da República de Terceira Ca-
tegoria.

Parágrafo único. Os cargos a que
se refere este artigo serão lotados nos
Estados, no Distrito Federal e nos
Territórios, mediante decreto do Po-
der Executivo.

Art. 88. Enquanto não for promul-
gada a nova Lei Orgânica do Minis-
tério Público Federal, compete aos
Subprocuradores-Gerais e aos Pro-
curadores da República, conforme o
caso, e na forma determinada pelo
Procurador-Geral da República, pro-
mover ação penal e intervir em to-
dos os feitos criminais sujeitos à ju-
risdição da Justiça Federal.

Art. 89. São criados, no Ministério
Público da União junto à Justiça Mi-
litar, dois cargos de Promotor de Pri-
meira Categoria, que funcionarão na
Procuradoria-Geral da Justiça Mil-
itar.

Art. 90. Poderão ser aproveitados
em cargos dos serviços auxiliares da
Justiça Federal, da Seção Judiciária
do Distrito Federal, os serventários
dos cartórios das Varas da Fazenda
Pública, criados pelo art. 47 da Lei
nº 3.754, de 14 de abril de 1960.

Art. 91. E o Poder Executivo au-
torizado a abrir, pelo Ministério da
Justiça e Negócios Interiores, o cré-
dito especial de Cr\$ 7.000.000.000

(sete bilhões de cruzeiros), para aten-
der às despesas decorrentes da exe-
cução desta lei.

Parágrafo único. O crédito a que
se refere este artigo será registrado
pelo Tribunal de Contas e automati-
camente distribuído ao Tesouro Na-
cional.

Art. 92. Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições
em contrário.

Brasília, em de de 1966;
145º da Independência e 78º da Re-
pública.

ANEXO I

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CARGO	
	Juiz Federal	Juiz Federal Substituto
DISTRITO FEDERAL	2	2
ESTADO DE GOIÁS	1	1
ESTADO DE MATO GROSSO	1	1
ESTADO DE MINAS GERAIS	3	3
TERRITÓRIO DE RONDÔNIA	1	1
ESTADO DO ACRE	1	1
ESTADO DO AMAZONAS	1	1
ESTADO DO MARANHÃO	1	1
ESTADO DO PARÁ	1	1
TERRITÓRIO DO AMAPÁ	1	1
TERRITÓRIO DE RORAIMA	1	1
ESTADO DE ALAGOAS	1	1
ESTADO DO CEARÁ	1	1
ESTADO DA PARAÍBA	1	1
ESTADO DE PERNAMBUCO	2	2
ESTADO DO PIAUÍ	1	1
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1	1
ESTADO DE SERGIPE	1	1
ESTADO DA BAHIA	2	2
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1	1
ESTADO DA GUANABARA	5	5
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	1
ESTADO DO PARANÁ	2	2
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	3	3
ESTADO DE SANTA CATARINA	1	1
ESTADO DE SÃO PAULO	7	7

ANEXO II

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CARGOS							
	ESTADO OU TERRITÓRIO	Chefe de Secretaria	Oficial Judiciário	Depositário-Avaliador-Leiloeiro	Auxiliar Judiciário	Oficial de Justiça	Porteiro	Auxiliar de Portaria
	Distrito Federal	2	6	1	6	8	2	4
	Goiás	1	1	1	1	2	1	2
	Mato Grosso	1	1	1	1	2	1	2
	Minas Gerais	3	9	1	8	15	3	6
	Território de Rondônia	1	1	1	1	2	1	2
	Acre	1	1	1	1	2	1	2
	Amazonas	1	1	1	1	2	1	2
	Maranhão	1	1	1	1	2	1	2
	Pará	1	1	1	1	2	1	2
	Território de Amapá	1	1	1	1	2	1	2
	Território de Roraima	1	1	1	1	2	1	2
	Alagoas	1	1	1	1	2	1	2
	Ceará	1	2	1	2	2	1	3

SEÇÃO
JUDICIÁRIA

CARGOS

ESTADO OU TERRITÓRIO	Chefe de Secretaria	Oficial Judiciário	Depositário- Avaliador- Leiloeiro	Auxiliar Judiciário	Oficial de Justiça	Porteiro	Auxiliar de Portaria	Servente
Paraná	1	1	1	1	2	1	2	3
Pernambuco	2	6	1	6	8	2	4	6
Piauí	1	1	1	1	2	1	2	2
Rio Grande do Norte	1	1	1	1	2	1	2	2
Sergipe	1	1	1	1	2	1	2	2
Bahia	2	6	1	6	8	2	4	6
Espírito Santo	1	1	1	1	2	1	2	2
Guanabara	5	20	2	15	25	5	10	15
Rio de Janeiro	1	2	1	4	4	1	2	3
Paraná	2	6	1	6	8	2	4	6
Rio Grande do Sul	3	9	1	8	15	3	6	9
Santa Catarina	1	1	1	1	2	1	2	2
São Paulo	7	28	3	21	35	7	14	21

ANEXO III

Cargo	Vencimento Mensal
	CR\$
Juiz Federal	900.000
Juiz Federal Substituto	800.000

ANEXO IV

Denominação	Símbolo	Valor Mensal
		CR\$
Chefe de Secretaria	PJ-0	419.000
Oficial Judiciário	PJ-4	333.000
Depositário-avaliador-leiloeiro	PJ-4	333.000
Auxiliar Judiciário	PJ-7	275.000
Oficial de Justiça	PJ-7	275.000
Porteiro	PJ-9	225.000
Auxiliar de Portaria	PJ-11	185.000
Servente	PJ-13	151.000

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL

Título I

Da Organização Federal

Capítulo I

Disposições preliminares

Art. 1º

Art. 101. Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I — processar e julgar originariamente:

a)

b) os mandados de segurança contra ato do Presidente da República, da Mesa da Câmara ou do Senado e do Presidente do próprio Supremo Tribunal Federal.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL

Título I

Da Organização Federal

Capítulo I

Disposições preliminares

Art. 1º

Art. 104. Compete ao Supremo Tribunal Federal de Recursos:

I — processar e julgar originariamente:

b) os mandados de segurança, quando a autoridade coatora for Ministro de Estado, o próprio Tribunal ou o seu Presidente.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL

Título I

Da Organização Federal

Capítulo I

Disposições preliminares

Art. 1º

Art. 95. Salvo as restrições expressas nesta Constituição, os juizes gozarão das garantias seguintes:

I —

§ 1º

§ 4º. Ocorrendo motivo de interesse público, poderá o Tribunal competente, pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, propor a remoção ou a disponibilidade do juiz de instância inferior, assegurada, no último caso, a defesa.

Obs. Emenda Constitucional nº 16

LEI Nº 4.345, DE 26 DE JUNHO
DE 1964

Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

Art. 10. A gratificação adicional a que se refere o artigo 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, passará a ser concedida, na base de 5% (cinco por cento), por quinquênio de efetivo exercício, até 7 (sete) quinquênios.

§ 1º. A gratificação quinquenal será calculada sobre o vencimento do cargo efetivo estabelecido nesta Lei, bem como sobre o valor do vencimento que tenha ou venha a ter o funcionário beneficiado pelo que estabelece a Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, ou pelo que dispõe o art. 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954.

§ 2º. O tempo de serviço público prestado anteriormente a esta Lei será computado para efeito de aplicação deste artigo, não dando direito, entretanto, à percepção de atrasados.

§ 3º. O período de serviço público, apurado na forma da legislação vigente, que exceder ao quinquênio ou quinquênios devidos, será considerado para integralização de novo quinquênio.

§ 4º. O direito a gratificação instituída neste artigo começa no dia imediato àquele em que o servidor completar o quinquênio, observando o disposto no parágrafo segundo deste artigo.

§ 5º. Sobre a gratificação de tempo de serviço, de que trata este artigo, não poderão incidir quaisquer vantagens pecuniárias.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

Contrabando ou Descaminho

Art. 334. Importar ou exportar mercadoria proibida ou julgar, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela

saída, ou pelo consumo de mercadoria:

Pena — reclusão, de um a quatro anos.

§ 1º. Incorre na mesma pena quem pratica

a) Navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;

b) fato assimilado em lei especial a contrabando ou descaminho.

§ 2º. A pena aplica-se em dobro, se o crime de contrabando ou descaminho é praticado em transporte aéreo.

DECRETO-LEI Nº 3.689 — DE 3 DE
OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Livro I

Do processo em geral

Título I

Disposições preliminares

Art. 1º

Art. 21. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

Parágrafo único. A incomunicabilidade não excederá de três dias. — Getúlio Vargas — Francisco Campos.

LEI Nº 4.493 — DE 16 DE
NOVEMBRO DE 1964

Reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ao Departamento Federal de Segurança Pública (D.F.S.P.), com sede no Distrito Federal, diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dirigido por um Diretor-Geral, nomeado

em comissão e da livre escolha do Presidente da República, compete, em todo território nacional.

a) a superintendência dos serviços de Polícia marítima, aérea e de fronteiras;

b) a fiscalização nas fronteiras terrestres e na orla marítima;

c) a apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, ilícitos penais praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União;

d) a apuração em colaboração com as autoridades dos Estados, dos crimes que, por sua natureza, característica ou amplitude transcendam o âmbito de uma unidade federada ou que, em virtude de tratados ou convenções internacionais, o Brasil, se obrigou a reprimir;

e) a investigação e apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados de crimes praticados contra Agentes federais, no exercício de suas funções;

f) a censura de diversões públicas, em especial, a referente a filmes cinematográficos, quando transponham o âmbito de um Estado;

g) a execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física do Presidente da República, de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

h) a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação cartográfica, civil e criminal;

i) a formação, o treinamento e a especialização profissional de seu pessoal e, quando solicitado, de integrantes das Polícias dos Estados, Distrito Federal e Territórios;

j) a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada;

k) a cooperação, no país, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional ou interestadual;

l) a supervisão e a colaboração no policiamento das rodovias federais;

m) a execução de outros serviços de policiamento atribuídos à União de conformidade com a legislação em vigor;

n) a apuração dos crimes nas condições previstas no art. 5º do Código Penal, quando solicitado pelas autoridades estaduais ou ocorrer interesse da União;

o) a apuração dos crimes contra a vida ou contra comunidades silvícolas no país, em colaboração com o Serviço de Proteção aos Índios.

Parágrafo único — A nomeação do Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) só será feita depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

Art. 2º. O D.F.S.P. compõe-se de:

— Gabinete do Diretor-Geral — (GDG);

— Conselho Superior de Polícia — (CSP);

— Divisão de Operações (D.O.);

— Polícia Federal de Investigações (PFI);

— Polícia Federal de Segurança (P.F.S.);

— Instituto Nacional de Identificação (INI);

— Instituto Nacional de Criminalística (INC);

— Academia Nacional de Polícia (ANP);

— Divisão de Administração (DA);

— Divisão de Serviços Gerais — (DSG);

§ 1º. O Conselho Superior de Polícia (C. S. P.) é órgão consultivo e

opinativo do DFSP., competindo-lhe, ainda, a apreciação do merecimento e do julgamento disciplinar.

§ 2º. A Corregedoria integrará o Gabinete do Diretor-Geral.

Art. 3º. A Divisão de Operações — (D.O.) compreenderá:

— Serviço de Planejamento (S.P.);

— Serviço de Operações (S.O.);

— Serviço de Informações (S.I.);

Art. 4º. A Polícia Federal de Investigações (PFI), compreenderá:

Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMAP);

— Divisão de Repressão ao Contrabando e ao Descaminho (DRCD);

— Divisão de Polícia Fazendária — (DPF);

— Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes (SRTE);

— Serviços de Repressão ao Tráfico de Pessoas (SERTP);

Art. 5º. A Polícia Federal de Segurança (PFS) compreenderá:

— Divisão de Ordem Política e Social (DOPS);

— Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP);

— Serviço de Polícia Rodoviária — (SPR);

— Serviço de Diligências Especiais (SDE);

Art. 6º. Para o desempenho dos encargos que lhes são atribuídos, DFSP organizará Delegacias Regionais no território nacional, de 3 (três) categorias, segundo sua importância, as quais serão situadas, instaladas e estruturadas por decreto do Poder Executivo, de acordo com as necessidades do serviço.

Parágrafo único. O DFSP, na forma do artigo 18, parágrafo 2º, da Constituição Federal, promoverá com as Unidades da Federação os convênios necessários ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 7º. Nas investigações a que se referem as letras "c", "d" e "e" do artigo 1º, desta lei, os funcionários do DFSP, delas incumbidos, agirão em coordenação com os demais funcionários federais em serviço na região e em colaboração com as autoridades das polícias locais às quais darão e delas, reciprocamente receberão todo o apoio e assistência necessários ao perfeito cumprimento da missão.

§ 1º. Os órgãos do DFSP encarregados dessas investigações, poderão promover-las através do processo próprio, paralelo ou independentemente dos processos policiais administrativos que tenham sido instaurados sobre o mesmo fato, sempre que circunstâncias relevantes assim o recomendarem.

§ 2º. Os procuradores da República nos Estados serão identificados pelo DFSP, diretamente ou através de suas Delegacias, da instauração do processo, dos motivos que o determinaram, das conclusões a que chegou e do destino que lhe foi dado, para os efeitos do disposto nos artigos 37 e 38, da Lei número 1.341 de 30 de janeiro de 1951.

§ 3º. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por solicitação do Diretor-Geral, poderá requisitar de qualquer Ministério, no interesse do serviço do Departamento Federal de Segurança Pública, os funcionários necessários.

Art. 8º. A estrutura e a competência dos órgãos componentes do DFSP bem como as atribuições do seu pessoal, serão fixadas em regulamento pelo Poder Executivo, no prazo de noventa (90) dias observado o disposto nos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 4, 11, 12, 13, e 14 desta Lei.

Parágrafo único. No prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo encaminhará Mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada de projeto do Estatuto Policial.

Art. 9º. O DFSP terá autonomia administrativa, sendo no Orçamento Geral da República, todas as suas despesas atendidas através de dotações globais.

§ 1º. As dotações referidas neste artigo, serão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas da União e distribuídas à Tesouraria do DFSP.

§ 2º. Até o dia 15 de dezembro de cada exercício, o Diretor-Geral do DFSP, submeterá à apreciação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores um plano de aplicação das verbas consignadas no orçamento do ano seguinte.

§ 3º. Durante o exercício financeiro, mediante autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, poderá ser alterada a discriminação das despesas de que trata o parágrafo precedente.

Art. 10. O DFSP contará com uma Contadoria Seccional, com as atribuições que lhe são próprias.

Art. 11. A aquisição de material bem como as obras que se tornarem necessárias, serão efetuadas mediante concorrência pública ou orçã de coleta de preços pelo DFSP observadas as normas adotadas pelo Departamento Federal de Compras e de acordo com o Código de Contabilidade e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.

Art. 12. Mediante o emprego do carimbo especial, a correspondência postal-telegráfica ou através de outros meios de comunicação do DFSP e das Polícias dos Estados, Distrito Federal e Territórios com aquele, gozará de franquia e terá o caráter de urgente.

Art. 13. Aos integrantes do DFSP expressamente credenciados pelo Diretor-Geral, mediante documento hábil será assegurada, quando em cumprimento de diligência especial de caráter urgente, prioridade em todos os serviços de transporte e comunicações, públicos ou privados, no território nacional.

Art. 14. Os quadros do Pessoal do DFSP são os constantes dos anexos a esta Lei e a ele expressamente referidos.

Parágrafo único. O provimento dos cargos efetivos do Serviço Policial — (POL) constantes dos Quadros de que cogita este artigo ainda quando se trata de acesso, fica condicionado à aprovação em curso especializado na Academia Nacional de Polícia, onde o candidato ingressará, após público concurso público de provas; dependendo de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos o provimento dos demais cargos constantes dos referidos Quadros.

Art. 15. A Polícia do Distrito Federal integrada no DFSP incumbem o policiamento e a segurança da Capital da República e dos demais áreas que delimitam o território do mesmo Distrito.

Parágrafo único. A partir de 31 de janeiro de 1966, a Polícia do Distrito Federal, integrará a Secretaria de Segurança Pública do mesmo Distrito, e terá definida, por decreto do Poder Executivo da República, a sua subordinação administrativa.

Art. 16. A Polícia do Distrito Federal compõe-se de:

— Gabinete (GAB);

— Conselho Superior da Polícia do Distrito Federal — (CSPDF);

— Central de Operações (CO);

— Divisão de Polícia Judiciária — (DPJ);

— Divisão de Polícia Técnica — (DPT);

— Divisão de Operações (DO);

— Divisão de Serviços Gerais — (DSG);

— Polícia Militar (PMDF);

— Corpo de Bombeiros (CBDF);

§ 1º. Para a execução do Serviço de policiamento e segurança, a Polícia do Distrito Federal, organizará zonas policiais, no território de sua jurisdição, inicialmente em número de cinco (5), situadas, instaladas e estruturadas por decreto do Poder Executivo.

§ 2º. A estrutura e a competência dos órgãos componentes da Polícia do Distrito Federal, bem como as atribuições do seu pessoal, serão regulamentados pelo Poder Executivo, no prazo de noventa (90) dias, observado o disposto nos artigos 15, 17 e 18 desta Lei.

§ 3º. A Polícia do Distrito Federal, enquanto integrar o DFSP, será dirigida por um Chefe de Polícia, nomeado em comissão pelo Presidente da República.

§ 4º. É fixada em Cr\$ 600.000,00 — (seiscentos mil cruzeiros) mensais a remuneração do cargo em comissão, referido no parágrafo 3º deste artigo.

Art. 17. O Quadro do Pessoal Civil da Polícia do Distrito Federal, o que, nas tabelas anexas a ela se refere expressamente. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, terão seus quadros e efetivos reorganizados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Para provimento dos cargos constantes do quadro do pessoal civil referido neste artigo, — observar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 14, desta Lei.

Art. 18. O Poder Executivo, dentro de noventa (90) dias, e de acordo com proposta apresentada pelo Diretor-Geral do DFSP, lotará nos quadros desse Departamento ou nos da Polícia do Distrito Federal, os atuais servidores do DFSP, efetivados por força do disposto no parágrafo único do artigo 23, da Lei número 4.069, de 11 de junho de 1962 e, bem assim os funcionários que retornaram aos serviços da União — nos termos do artigo 43 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 19. O enquadramento dos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, admitidos até a vigência da Lei nº 4.069 de 11 de junho de 1962, e, consequentemente, — amparados pelo disposto no parágrafo único, do artigo 23, da referida Lei far-se-á nos Quadros constantes dos Anexos da presente Lei, atendidas as peculiaridades de atribuições e remuneração, à época da efetivação e observado o constante no Decreto número 52.265, de 16 de julho de 1963.

Parágrafo único. Os servidores em exercício no DFSP, na vigência desta Lei, cuja situação não esteja prevista neste artigo serão aproveitados nas classes constantes dos Quadros em Anexo equivalentes às funções que exercem e atendidas as peculiaridades de atribuições e remuneração e bem assim o constante do Decreto número 52.265 de 16 de julho de 1963 ficando matriculados, compulsoriamente, em cursos correspondentes da Academia Nacional de Polícia, ao término dos quais se aprovados, serão automaticamente efetivados.

Art. 20. Ao Pessoal civil transferido para o serviço da União por força do artigo 46, da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e, bem assim, ao referido no Decreto nº 51.523 de 19 de agosto de 1962, lotado no Departamento Federal de Segurança Pública, ou na Polícia do Distrito Federal, aplicam-se as mesmas regras de enquadramento e os mesmos critérios previstos no artigo anterior, devendo integrar os referidos quadros, de acordo com a organização e escalonamento hierárquicos, em que venham a ser constituídos.

Art. 21. Os servidores referidos no artigo anterior, que não venham a integrar os Quadros ora criados os do

Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovados pelo Decreto número 51.629, de 10 de dezembro de 1962, e, bem assim os de responsabilidade da União constituirão Quadros de Pessoal, controlados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, grupados de acordo com os critérios de enquadramento que forem aplicáveis, devendo os cargos ser suprimidos, por decreto, à medida em que vagarem nas classes iniciais.

Art. 22. Vetado.
Parágrafo único. Vetado.
Art. 23. Vetado.

Art. 24. São suprimidos no Grupo Ocupacional PF-600 — Segurança Pública e investigação quatro (4) — cargos de Agentes de Polícia Federal — B — e criados no Grupo Ocupacional EC-700 — Pesquisa e Orientação Educacional, quatro (4) cargos de Professor de Educação Física.

Art. 25. Para o atendimento de suas finalidades e de conformidade com o art. 6º desta Lei o D.F.S.P. instalará, desde logo, oito (8) Delegacias Regionais no território nacional.

Art. 26. No corrente exercício, as despesas com o D.F.S.P., ressalvadas as decorrentes da aplicação da Lei nº 4.345 de 26 de junho de 1964 serão atendidas pelas dotações próprias consignadas no Orçamento da União, e, em relação ao pessoal referido no artigo 20 in fine mediante destaque das dotações consignadas no Anexo nº 4 — Poder Executivo Sub-anexo nº 4.24 — Órgãos transferidos da União para o Estado da Guanabara — do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Para atender as despesas de qualquer natureza decorrentes da instalação e custeio dos serviços previstos nesta Lei é o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros).

Art. 27. É revogada, a Lei número 2.492 de 21 de maio de 1955, bem como o art. 53 e seus parágrafos, da Lei número 3.751 de 13 de abril de 1960, e demais disposições em contrário.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 4.215 — DE 27 DE ABRIL DE 1963

Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Ordem dos Advogados do Brasil
Capítulo I

Dos fins, organização e patrimônio

Art. 1º

Art. 89. São direitos do advogado:

I

II

III — comunicar-se, pessoal e reservadamente com os seus clientes, ainda quando estes se achem presos ou detidos em estabelecimento civil ou militar, mesmo incommunicáveis.

João Goulart

João Mangabeira

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Art. 1º

Art. 6º Os artigos 94, 98, 103 e 105 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I — Supremo Tribunal Federal;

II — Tribunal Federal de Recursos e juizes federais;

III — Tribunais e juizes militares;

IV — Tribunais e juizes eleitorais;

V — Tribunais e juizes do trabalho."

LEI Nº 4.863, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, uniformiza contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

Art. 13. Observados o disposto no art. 12 e parágrafos da Lei número 4.439, de 27 de outubro de 1964, o teto máximo de retribuição mensal dos servidores civis e militares ativos e inativos, da Administração Centralizada e das Autarquias, é fixado em 90% (noventa por cento) dos vencimentos dos Ministros de Estado.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo os Membros do Poder Judiciário, o Procurador Geral da República e o Consultor-Geral da República.

Art. 14.

Brasília, em 29 de novembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República. — H. Castello Branco.

— Juracy Magalhães.

Oswaldo Cordeteiro de Farias.

LEI Nº 3.754, DE 14 DE ABRIL DE 1960

Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

Art. 47. São criados na mesma Justiça: 1 (um) Cartório da Vara Civil; 2 (dois) Cartórios das Varas da Fazenda Pública; 1 (um) Cartório da Vara de Família; 2 (dois) Cartórios das Varas Criminais; 1 (um) Cartório de Distribuição; 2 (dois) Tabelionatos; 1 (um) Cartório do Registro de Imóveis; 2 (dois) Cartórios do Registro Civil e de Casamento.

Parágrafo único. Os Cartórios serão providos, conforme o caso, por Escrivas, Tabeliães e Oficiais.

Art. 48.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1960; 139º da Independência e 72º da República. — Juscelino Kubitschek. — Armando Ribeiro Falcão.

Mário Pinotti.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

GM-B — Brasília, em 26 de 1966.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Em decorrência do disposto no artigo 6º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que restabeleceu a Justiça Federal de primeira instância, houve por bem Vossa Excelência designar, por Decreto de 13 de dezembro último, uma Comissão constituída pelos Professores Nehemias Gueiros, Alcino de Paula Salazar, Procurador-Geral da República, e Francisco Luiz Cavalcanti Horta, sob a presidência do Ministro Oscar Saraiva, do Tribunal Federal de Recursos, para elaborar o anteprojeto de lei de organização da mencionada Justiça.

2. Concluída a tarefa, cuja execução lhe foi cometida, apresentou a Comissão, juntamente com o anteprojeto de lei, fundamentado e pormenorizado relatório, em que ressaltava, com apoio na lição do eminente Castro Neves, segundo a qual "aprimora instância e precisamente a que mais interessa a aplicação das leis em geral e das leis orgânicas dos serviços em particular" (Teoria e Prática do Poder Judiciário, pág. 65) e em sugestões apresentadas ao meu eminente antecessor Senador Milton Campos pelo Tribunal Federal de Recursos, o acerto do Ato Institucional nº 2, que reatou a tradição republicana, que vinha desde 1900, restabelecendo a Justiça Federal de primeiro grau.

3. Merece lembrada, como pondera a Comissão, que, como já dissera o eminente Campos Salles, "não há Governo Federal sem Poder Judiciário independente das Justicas dos Estados, para manter os direitos da União, guardar a Constituição e as leis federais".

4. A propósito dos debates sobre a reforma do Poder Judiciário, o Tribunal Federal de Recursos, na exposição endereçada ao eminente Ministro Milton Campos, asseverou:

"De um modo geral, e, salvo exceções honrosas, pois há eminentes juizes da Fazenda Estadual, as Justicas fazendárias de primeira Instância dificilmente se compenetraram dos superiores interesses da União e têm causado, na liberalização dos mandados de segurança, efeitos tão danosos à Administração Federal, que foi preciso lei nova e recente (Lei 4.348-64) para evitar as

sangrias irreparáveis que vinham ocasionando ao Fisco da União as liminares ou sentenças concedidas e executadas não raro *vanu militari*.

Basta dizer que antes do advento da lei referida, suspendeu este Tribunal a execução de sentenças ou de liminares em 1963, em número de 637; e 1.703, em 1964. Também notórias são as dificuldades da cobrança da dívida ativa federal, como notório o desestímulo com que o regime contábil as Procuradorias da República que por seu lado estão a pedir, em todos os seus escalões, urgente atenção dos órgãos competentes, para que não fiquem ao dasamparo, como hoje ocorre por vêres reiteradas, os interesses da União e de seus órgãos. Mas sobre todas essas considerações, sobrelevam as que concernem à própria segurança nacional, cujos reclamos a Constituição não previu, ao deixar à competência das Justicas estaduais o processamento dos crimes contra ela cometidos, quando não sujeitos à jurisdição militar. Nesse particular, mais do que em qualquer outro aspecto, sobressai a necessidade de uma Justiça Federal completa em suas instâncias, para que a indispensável segurança da União encontre apoio em tribunais seus, sem as inconveniências que ora se evidenciam em seu atendimento pelas Justicas Estaduais."

5. Ouvidos a respeito do anteprojeto, o Ministério da Fazenda, o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Departamento Federal de Segurança Pública apresentaram emendas, algumas das quais foram incorporadas ao substitutivo elaborado por este Ministério, mantidas, todavia, as linhas gerais do trabalho original.

6. Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, acompanhado de Mensagem o anexo projeto de lei de organização da Justiça Federal de primeira instância, e de opinar por que seja encaminhado ao Congresso Nacional, para discussão, dentro do prazo estabelecido no art. 5º, § 3º, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu profundo respeito. — *Mem de Sá*, Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

SENADO FEDERAL

Publicada no DCN de 16.4.1966

Republicada por ter saído com incorreções

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 1966

Suspende a execução dos artigos 20, nº XVI, letras "a" e "b", 21, nº IX e 102, nºs X e XI, da Constituição do Estado de Goiás.

Art. 1º. É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 28 de abril de 1949, na Representação nº 100, a execução dos artigos 20, nº XVI, letras "a" e "b", 21, nº IX, e 102, nºs X e XI, da Constituição do Estado de Goiás.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de abril de 1964

AURO MOURA ANDRADE

ATA DA 33ª SESSÃO, EM 20
DE ABRIL DE 19664ª Sessão Legislativa, da 5ª
LegislaturaPRESIDENCIA DOS SRS. NOGUEIRA
DA GAMA, GILBERTO MARINHO
E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Zacharias de Assumpção
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Domicio Gondim
Pessoa de Queiroz
Ernirio de Moraes
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Miguel Couto
Aurelio Vianna
Nogueira da Gama
Padre Calazans
José Feliciano
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Guido Mondin — 24.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

DE 18 DO MÊS EM CURSO

I — *Agradecimento de comunicação sobre aprovação de veto presidencial.*
Nº 62-66 (nº de origem 157-66), com referência ao veto ao Projeto de Lei nº 3.184-B-65 na Câmara e nº 229-65 no Senado, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados e das outras providências.

II — *Agradecimento de comunicações sobre o pronunciamento do Senado a respeito de escolha de nomes para cargos cujo provimento depende de prévio assentimento do Senado.*

Nº 63-66 (nº de origem 158-66), com referência à escolha do Prof. Carlos Chagas Filho para a função de Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura, com a categoria de Embaixador;

Nº 64-66 (nº de origem 159-66), com referência à escolha do Diplomata Fernando Ramos de Alencar para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à República Federal da Alemanha;

Nº 65-66 (nº de origem 160-66), com referência à escolha do Diplomata Sérgio Armando Frazão para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo Oriental do Uruguai;

Nº 66-66 (nº de origem 161-66), com referência à escolha do Diplomata Carlos Sylvestre de Ouro Preto para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Portugal;

Nº 67-66 (nº de origem 162-66), com referência à escolha do Diplomata Antônio Francisco de Azeredo Silveira para Chefe da Delegação do Brasil em Genebra.

Ofício do Presidente do III Congresso Fluminense de Vereadores, pro-

movido pela Câmara Municipal de Barra Mansa (nº 497-66, de 22 de março) — Transmite a Indicação aprovada pelo mesmo Congresso, sobre a necessidade urgente da padronização do livro didático.

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Do Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil:

Aviso nº 127-SAP-66, de 18 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 71-66, do Sr. Senador Aarão Steinbruch.

OFÍCIOS

Do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a revisão do Senado a seguinte proposição:

Projeto de Lei da Câmara

Nº 60, de 1966

(Nº 3.494-B-66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros), destinado a obras de complementação e reparos gerais em edifícios em que encontram instalados órgãos daquele Ministério.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros), destinado às obras de complementação e de reparos gerais dos edifícios-sedes e respectivas instalações dos órgãos seguintes integrantes daquele Ministério: Arquivo Nacional (Sede e Anexo), Departamento de Administração, Segunda Subprocuradoria Geral da República e Escola Feminina de Artes e Ofícios, do Serviço de Assistência a Menores.

Art. 2º O crédito especial em questão será registrado e distribuído, automaticamente, pelo Tribunal de Contas do Tesouro Nacional e terá vigência de dois exercícios financeiros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

PARECERES

Parecer nº 262, de 1966

Da Comissão de Economia ao Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 1965 (na Câmara nº 2.417-B), que altera a Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963, e dá outras providências.

Relator: Sr. José Leite.

A Comissão de Economia não apresentou parecer conclusivo a respeito do presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Emílio Gomes, que altera dispositivos da Lei número 4.299, de 23 de dezembro de 1963, relativa ao Imposto de Vendas e Consignações. Em nosso parecer anterior, conforme propõe o então relator, Senador José Feliciano, sugerimos a anexação a este de um outro, sob número 172, de 1965, a fim de que ambos tramitassem em conjunto.

Ocorre, porém, que a informação da Mesa foi no sentido de que o referido projeto já teve sua tramitação concluída, sendo hoje a Lei nº 4.734, de 28 de setembro de 1965.

Em vista disso, o projeto de Lei da Câmara, nº 154, de 1965, de autoria, como dissemos, do nobre Deputado

Emílio Gomes, voltou a esta Comissão a fim de que verificásemos se não está prejudicado pela Lei nº 4.734, acima citada.

A proposição de nobre representante paranaense procura diminuir conflitos entre os Estados que têm sua economia fundamentada em produtos primários (atividades agrícolas e extrativas) e os Estados consumidores. Conforme expõe o autor do projeto na justificativa que ao mesmo apresentou, o Imposto de Vendas e Consignações passa a ser pago duas vezes, uma ao Estado de origem; outra ao Estado Consumidor. E é esse conflito, substancialmente, que o projeto procura resolver.

Já a Lei nº 4.734, de 28 de setembro de 1965, que resultou do projeto nº 172, de 1965, cuidou da matéria, conforme pudemos verificar de consulta feita a seu texto.

E' claro que os textos, quer da citada lei, quer o proposto no projeto ora em pauta, não coincidem entre si, isto é, não se repetem. Os objetivos da lei anterior estão, porém, contidos também no projeto.

Isso não obstante, o projeto não se conflita e nem está prejudicado pela Lei nº 4.734, de 28 de setembro de 1965. A nosso ver, poderá ser do interesse do Executivo a complementação da Lei anterior com a que resultar deste projeto que ao nosso exame voltou.

E' evidente que do ângulo da técnica legislativa, bom teria sido que ambas as proposições houvessem tramitado em conjunto, pois que isso nos teria permitido sintetizar a ambas num só substitutivo, a fim de que a matéria ou matérias neles tratadas fossem consubstanciadas numa só lei de alteração da Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963.

Como a hipótese não ocorreu e, nesse passo, na forma do que nos impõe o Regimento Interno, temos que oferecer parecer conclusivo ao PLC nº 154, de 1965, sugerimos a esta Comissão que o aprove; ou melhor, que se pronuncie no sentido de sua aprovação.

Ante o exposto, a Comissão de Economia, tendo em vista que o PLC nº 172, de 1965, já é lei, e parecer favorável ao PLC nº 154, do mesmo ano, dado não considerar que seu texto ficou prejudicado pela Lei nº 4.734, de 28 de setembro de 1965, oriunda daquele citado projeto.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1965. — Atílio Fontana, Presidente. — José Leite, Relator. — Adolfo Franco. — João Abrahão. — Domicio Gondim.

Parecer nº 263, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 154, de 1965 (nº 2.417-B-64 — na Câmara), que altera a Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963, e dá outras providências.

Relator: Sr. Adolfo Franco.

O projeto prevê numerosas modificações na Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963. Esse Diploma Legal modifica o Decreto-lei nº 915, de 1º de dezembro de 1938, retificado pelo Decreto-lei nº 1.061, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o Imposto de Vendas e Consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências.

A proposição é de autoria do Deputado Emílio Gomes. Prevaleceu todavia, quando da sua votação no plenário da Câmara, em 5 de agosto de 1965, o substitutivo a ele apresentado pela Comissão de Economia daquela Casa do Congresso.

A Comissão de Economia do Senado Federal pronunciou-se sobre o projeto,

em 8 de setembro de 1965, propondo sua anexação ao Projeto de Lei da Câmara nº 172-65 (nº 3.038-A-65, na Câmara), nos termos do art. 255, item "b", § 1º, 1, do Regimento Interno, "por se tratar de matéria correlata", "a fim de que se promova a tramitação deles em conjunto".

Esse Projeto de Lei da Câmara número 172, de 1965, é originário de Mensagem do Poder Executivo, encaminhada ao Congresso em 6 de agosto de 1965, nos termos do art. 4º do Ato Institucional, de 1964.

Volta a Comissão de Economia a examinar o projeto, em 23 de março do ano corrente, a ele oferecendo parecer conclusivo.

Referindo-se ao que fora proposto, anteriormente, pelo Órgão, observou que o PLC nº 172, de 1965, já é lei e, assim, não mais cabia a anexação das duas proposições para que tramitassem em conjunto, segundo as normas da boa técnica legislativa. A Comissão deveria mesmo opinar, em obediência às disposições regimentais, sobre o PLC de que ora nos ocupamos.

E o parecer então emitido foi favorável à proposição em tela, "dado não considerar que seu texto ficou prejudicado pela Lei nº 4.734, de 28 de setembro de 1965, oriunda daquele citado projeto". Isso não obstante haver sido explicitamente admitido, na parte expositiva do parecer, que "os objetivos da lei anterior estão contidos também no projeto".

Com vistas a fundamentar nossa conclusão, faremos a observação de que três situações com reflexos altamente prejudiciais ao interesse público podem ser identificadas no painel das leis vigentes, em qualquer país.

A primeira é assinalada pela ausência de disposições legais disciplinadoras de determinados assuntos de governo e administração, ou de comportamentos sociais específicos, nos casos em que uns e outros revestem-se de importância fundamental para a comunidade.

Caracteriza a segunda das situações a que nos referimos a ocorrência do fenômeno oposto, qual seja a da proximidade legislativa em determinadas áreas, indicio certo de que existe um desencontro, de maus efeitos para o progresso comunitário, entre as leis que imperam e os problemas aos quais elas objetivam dar solução.

Finalmente a terceira situação a considerar é aquela que ocorre com o aceleramento do processo de elaboração legislativa, quando as leis novas derogam ou desfiguram as anteriores, sem que haja nem mesmo tempo necessário para um teste de eficiência das mesmas.

O legislador, em nosso entender, deve estar atento para que não se manifeste no seu país qualquer das três situações apontadas, pois, qualquer delas gera implicações danosas ao interesse coletivo. E a aprovação deste projeto, poucos meses depois de estar em vigor uma lei — de iniciativa do Poder Executivo — que disciplina o mesmo assunto, configuraria, de uma forma inconfundível e indesejável, a terceira situação a que aludimos.

Não fazemos restrições ao projeto, quanto ao mérito, sobre o qual caberia à Comissão de Finanças, neste caso, opinar. Mas, fazemos a constatação de que o quadro mudou, após a apresentação da proposição e ela tornou-se, desse modo, inoportuna.

Assim, na linha do exposto, opinamos pela rejeição do projeto.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Adolfo Franco, Relator. — José Ernirio. — Pessoa de Queiroz. — Gay da Fonseca. — Manoel Villaca. — Atílio Fontana. — Bezerra Neto. — Aurélio Viana, com restrições.

Parecer nº 264, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 38, de 1966 (Número 3.902-B-63 — na Câmara), que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios.

Relator: Sr. Manoel Villaga.

O Projeto em exame, de autoria do Deputado Raymundo Brito, visa a conceder isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, referentes a um órgão elétrico e acessórios doados àquela instituição religiosa pela Foreign Mission Board of the Southern Baptist Convention, de Richmond — Virginia — Estados Unidos da América do Norte.

Unanimemente favoráveis à concessão do favor legal, foram os pareceres das Comissões Técnicas, da Câmara dos Deputados, sendo a matéria aprovada naquela Casa com a emenda da Comissão de Economia.

Tratando-se, como se trata, de doação, sem sentido econômico, a proposição se ajusta, perfeitamente, ao molde daquelas a que temos sempre concedido a isenção pleiteada.

Isto posto, dentro do princípio da equanimidade e por reconhecer-lhe mérito inequívoco, dado o fim a que se destina, opinamos pela aprovação do Projeto.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Manoel Villaga, Relator. — Bezerra Neto. — Gay da Fonseca. — Pessoa de Queiroz. — José Ermirio. — Atílio Fontana. — Aurélio Vianna.

Parecer nº 265, de 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1966, que dispõe sobre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição de corpos de tropa ou de estabelecimentos militares.

Relator: Sr. Antônio Carlos.

Em mensagem datada de 8 de março do corrente ano, o Poder Executivo encaminhou à consideração do Congresso Nacional, projeto de lei disposto sobre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição de corpos de tropa ou de estabelecimentos militares.

2. Propõe o projeto que dita gratificação passe de Cr\$ 400 (quatrocentos cruzeiros) mensais a quantia correspondente a 6% (seis por cento) do soldo de Terceiro Sargento.

3. Na Câmara dos Deputados, o projeto mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Segurança Nacional e Finanças.

4. A medida foi proposta pelo Titular da Pasta da Guerra, tendo o Ministério da Fazenda concordado com ela.

5. A gratificação estabelecida pela Lei nº 2.283, de 9 de agosto de 1954, para os professores primários de estabelecimentos militares é, de fato, irrisória. Sua majoração se impõe.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 52, de 1966.

E' o parecer.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1966. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — José Ermirio. — Gay da Fonseca. — Bezerra Neto.

Parecer nº 266, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1966 (nº 3.433-B-66, na Câmara), que dispõe sobre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição de corpos de tropa ou de estabelecimentos militares.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1966, sobre o qual opina a Comissão de Finanças, teve a sua origem na Mensagem nº 40-66, de 9 de março último, com a qual o Poder Executivo submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei disposto sobre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição dos corpos de tropa ou estabelecimentos militares.

Justificando a proposição, o Senhor Presidente da República fez anexar, à sua Mensagem, Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda argumentando com a necessidade de atualizar a gratificação paga aos professores primários civis no caso citado, os quais, de acordo com dispositivos do Código de Vencimentos dos Militares, têm direito a uma gratificação de Cr\$ 400, pagas pelo Ministério correspondente.

A referida importância tornou-se realmente insignificante, em face do constante aumento do custo de vida, justificando-se, assim, a sua elevação, como propõe o projeto.

A Comissão de Finanças, compreendendo os motivos que nortearam a elaboração do projeto, é de parecer que o mesmo deve ser aprovado.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — José Ermirio. — Gay da Fonseca. — Bezerra Neto. — Lobão da Silveira. — Domicio Gondim. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 267, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 24, de 1966 (Número 491-B-63, na Câmara), que concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para um automóvel doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Oriundo de Mensagem do Poder Executivo, de 9 de maio de 1963, o presente Projeto de Lei, pelo seu artigo primeiro, concede isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para um automóvel Mercedes-Benz doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães. E acrescenta o parágrafo único: "O automóvel a que se refere este artigo só poderá ser objeto de transação comercial, decorrido o prazo mínimo de dois anos, a contar da data da liberação, mediante pagamento de todos os impostos e taxas".

2. Trata-se de um ato do Poder Executivo na sua faculdade legal de isentar tributos, e com o qual, confessa na Mensagem 109 (fls.), atende solicitação e presta uma homenagem ao atleta que foi o capitão do time brasileiro que conquistou o título de bi-campeão mundial de futebol. Não deixa, contudo, de ser um precedente, objeto de invocação por equidade a outros pretendentes, e o carro depois de ingressar no país constituir-se objeto de um bom negócio e de concorrência não recomendável.

A Comissão de Finanças opina pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Atílio Fontana — contrário. — Aurélio Vianna, com restrições. — Gay da Fonseca, com restrições. — José Ermirio, com restrições. — Manoel Villaga. — Pessoa de Queiroz.

Parecer nº 268, de 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo — Ao Projeto de Lei nº 50, de 1966 que dispõe sobre operações de crédito entre a Fábrica Nacional de Motores S. A. e o Banco do Brasil S. A.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Sr. Presidente da República enviou mensagem ao Congresso Nacional (nº 13, de 11 de fevereiro de 1966) acompanhada de projeto que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a emitir letras do Tesouro, sem juros e sem correção monetária, para o fim especial de garantir operações de crédito da Fábrica Nacional de Motores com o Banco do Brasil S. A., atendendo Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda (nº 1.090, de 27 de dezembro de 1965).

O escopo proclamado do projeto é o de "criar condições para que a Fábrica Nacional de Motores S. A. possa operar como típica empresa privada, auto-financeável, capaz de prescindir de favores ou subsídios oficiais, o que somente será possível na medida em que o Governo vier a proporcionar à empresa o capital de giro de que necessita para regularizar sua produção industrial e que, neste momento, está representado por uma carteira de legítimos efeitos comerciais da ordem de aproximadamente Cr\$ 15.000.000.000 (quinze bilhões).

O valor das operações de crédito preconizado no projeto não poderá exceder de 50% do capital social da Fábrica Nacional de Motores, que, atualmente, é de Cr\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões).

O prazo de resgate dos títulos será de um (1) ano, com a possibilidade de substituição por outros, no vencimento, com o prazo de seis (6) meses, a critério do Ministro da Fazenda (§§ 1.º e 2.º do art. 1.º).

Ficou estabelecido no art. 2.º do projeto que o crédito concedido pelo Banco do Brasil S. A. será utilizado exclusivamente em desconto e caução de legítimos efeitos comerciais, inclusive contratos representativos de vendas reservados aos seus revendedores e usuários, bem como aos órgãos da administração federal, estadual e municipal, suas autarquias e sociedades de economia mista.

Prevê o projeto a solução para o inadimplemento dos contratos (artigo 3.º) e o Poder Executivo fica autorizado a providenciar a reforma dos Estatutos e Regulamento do Banco do Brasil S. A., se necessário para a execução da lei (art. 4.º).

Deve ser esclarecido que a Fábrica Nacional de Motores S. A. não pode recorrer à rede bancária particular cingindo-se às suas operações de crédito ao Banco do Brasil S. A., nos termos do Decreto nº 50.268, de 8 de fevereiro de 1961.

A garantia prevista no projeto é meramente subsidiária, desde que os títulos e contratos da empresa — des-

contados ou caucionados — constituíam meio de pagamento adequado, em consequência dos créditos concedidos.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados opinaram pela aprovação do projeto, sem divergência, com o beneplácito do plenário, em sessão de 29 de março, unanimemente, e sem emendas.

Ante o exposto e pela relevância indiscutível do projeto, a Comissão de projeto do Executivo opina pela aprovação do projeto de lei da Câmara nº 50, de 1966.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1966. — Antonio Carlos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Daniel Krieger. — José Ermirio. — Gay da Fonseca. — Bezerra Neto.

Parecer nº 269, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1966 (nº 3.450-B-66, na Câmara), que dispõe sobre operações de crédito entre a Fábrica Nacional de Motores S. A. e o Banco do Brasil S. A.

Relator: Sr. Domicio Gondim.

O projeto ora submetido à nossa apreciação decorreu de Mensagem do Executivo e tem por objeto ampliar a linha de crédito da Fábrica Nacional de Motores S. A. junto ao Banco do Brasil S. A., criando condições para que ela possa operar como típica empresa privada.

Na exposição de motivos de que fez acompanhar o projeto acentua o Senhor Ministro da Fazenda:

a) que o Governo deseja propiciar à referida empresa o capital de giro de que necessita para regularizar sua produção industrial, tornando-a auto-financeável e capaz, assim, de prescindir de favores ou subsídios oficiais;

b) que a vendas a órgãos da administração pública, realizadas pela F.N.M., têm se caracterizado pelo alto índice de liquidez, suficiente para dar perfeitas condições às operações de crédito de sua responsabilidade;

c) que face ao Decreto nº 50.268, de 8 de fevereiro de 1961, a Fábrica Nacional de Motores teve suas operações de crédito restritas obrigatoriamente ao Banco do Brasil, sendo as faixas de crédito a ela concedidos por este estabelecimento bancário insuficientes para cobrir as suas necessidades operacionais, motivando, destarte, a presente proposição.

Deflue do exposto que os objetivos do projeto estão suficientemente justificados pelas dificuldades que vem atravessando a Fábrica de Motores, empresa de economia mista. E' de ressaltar que a mencionada fábrica, sem os benefícios colimados pela proposição, sofrerá fatalmente, prejuízos de monta, podendo mesmo ficar inadimplente.

A Comissão manifesta-se, assim, favorável ao projeto.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Domicio Gondim — Relator. — Lobão da Silveira. — José Ermirio. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves. — Bezerra Neto. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 270, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1966 (nº 3.448-B-66, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para pagamento à Santa Casa de Misericórdia, das despesas com os funerais de Ary Barroso.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz

O presente projeto teve a sua origem na Mensagem nº 6, de 8 de fevereiro do corrente ano, com a qual o Sr. Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional anteprojeto de lei autorizando a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores de um crédito especial na importância de Cr\$ 1.500.000 para pagamento à Santa Casa de Misericórdia, das despesas com os funerais de Ary Barroso.

Trata-se de uma iniciativa louvável do Poder Executivo, visando ao cumprimento da promessa feita, ao tempo, pelo então Ministro da Justiça, e que, por motivos vários, não chegou a concretizar-se.

A homenagem que se quis prestar ao grande compositor falecido é justa, sendo de notar que, sem esse pagamento, em virtude de dívida aberta na Santa Casa, não será possível a construção do mausoléu que pretendem mandar erigir, em sua memória, os amigos de Ary Barroso.

A Comissão de Finanças, nos termos acima, é de parecer que o projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1966. — Lobão da Silveira, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — José Ermírio. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves. — Bezerra Neto. — Domicio Gondim. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 271, de 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo — Ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1966, que dispõe sobre nomeação e designação de oficiais da Marinha e dá outras providências.

Relator: Sr. Gay da Fonseca

S. Exa. o Sr. Presidente da República submete ao Congresso Nacional o projeto de lei em exame que estabelece normas para a movimentação, nomeação e designação de oficiais da Marinha Nacional.

O que propõe o Executivo em relação aos Oficiais da Marinha, não é uma inovação, pois através de normas legais o Ministério da Guerra e Aeronáutica viram atendidas suas pretensões no mesmo sentido, que são do interesse da administração propriamente tal.

O objetivo colimado pelo projeto é reduzir a tramitação de expediente na Presidência da República o que resulta em economia de tempo e atividade burocrática, o que é louvável em todos os sentidos.

Entendemos, pois, que o presente projeto de lei pode ser aprovado pela Comissão estando assim, em condição de merecer a apreciação do Senado Federal.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1966. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Gay da Fonseca, Relator. — José Ermírio. — Bezerra Neto. — Antônio Carlos. — Daniel Jirteger.

Parecer nº 272, de 1966

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1966 (nº 3.447-B-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz

Na forma do art. 5º, parágrafos 1º e 2º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o Sr. Presidente da República enviou Mensagem ao Congresso Nacional encaminhando projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.

A Mensagem presidencial está acompanhada de Exposição de Motivos do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. O crédito solicitado será distribuído entre o Estado-Maior das Forças Armadas, Ministério da Marinha, Ministério da Guerra e Ministério da Aeronáutica, de acordo com os estudos que acompanham a proposição.

No orçamento vigente não há dotação que possibilite ao Poder Executivo enfrentar as despesas da FAIBRAS. Assim sendo, só por meio de crédito especial, autorizado pelo Congresso Nacional, poderá o governo atender às referidas despesas.

Ante o exposto, considerada a necessidade da abertura do crédito pleiteado, nos manifestamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1966. — Lobão da Silveira, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — José Ermírio. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves. — Bezerra Neto. — Domicio Gondim. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 273, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 49, de 1966 (nº 3.449-B, de 1966, na Câmara), que prorroga o prazo fixado no parágrafo 3º do art. 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, estado da Bahia.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves

O projeto ora submetido à nossa apreciação decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por escopo revalidar por um ano o prazo concedido pela Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964, para a remoção dos depósitos de combustíveis situados na região de Feira de Água de Meninos, em Salvador.

Na exposição de motivos de que fez acompanhar o projeto acentua o Sr. Ministro das Minas e Energias que o Conselho Nacional do Petróleo após fazer os competentes estudos verificou a impossibilidade material de processar a remoção determinada pelo citado Diploma nº 4.547, no prazo ali prescrito. Aduziu, ainda, Sua Exa. que, diante disso, solicitou a Presidência daquele Órgão ao Ministério em questão a concessão de um

prazo adicional de doze meses a fim de ultimar a mencionada operação.

A existência dos depósitos de combustíveis em apêço, naquela área urbana de Salvador, vem submetendo a população da capital baiana a riscos imprevisíveis, consoante acentuou na justificação de emenda apresentada na Câmara, o Deputado Mário Piva.

A Comissão, no intuito de proporcionar meios ao Executivo, para obviar o problema, manifesta-se de acordo com a proposição confiante em que o Conselho Nacional do Petróleo procederá, no caso, com a presteza necessária.

E' o parecer.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — José Ermírio. — Gay da Fonseca. — Bezerra Neto. — Lobão da Silveira. — Domicio Gondim. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 274, de 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei nº 53, de 1966 (3.501-B-66 — Câmara), que reajusta a pensão especial concedida a Caliope Barreto de Menezes, herdeira de Tobias Barreto de Menezes, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892.

Relator: Sr. Bezerra Neto

1 — Em mensagem de 3 de março p.p., o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional, o presente projeto de lei cujo artigo primeiro estabelece: "Fica elevada para o valor correspondente ao dobro do maior salário-mínimo vigente no País a pensão especial concedida pelo Decreto número 64, de 21 de julho de 1892, a Caliope Barreto de Menezes, filha e herdeira de Tobias Barreto de Menezes.

2 — Estatui o artigo segundo que a pensão é pessoal, intransferível e vige somente enquanto viver a beneficiária.

Opinamos pela aprovação do projeto, que teve livre trânsito na Câmara dos Senhores Deputados.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1966. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Ermírio. — Wilson Gonçalves. — José Guilomard. — Antônio Carlos.

Parecer nº 275, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 53, de 1966 (número 3.501-B-66 — Câmara), que reajusta a pensão especial concedida a Caliope Barreto de Menezes herdeira de Tobias Barreto de Menezes, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892.

Relator: Sr. Bezerra Neto

1 — O presente projeto de lei é oriundo de mensagem do Senhor Presidente da República, de 3 de março de 1966, e cujo artigo primeiro determina que fica elevada para o valor correspondente ao dobro do maior salário mínimo vigente no País a pensão especial concedida pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892, a Caliope Barreto de Menezes, filha e herdeira de Tobias Barreto de Menezes.

2 — Estabelece o artigo segundo que a pensão será pessoal, intransferível e somente paga à beneficiária enquanto viver.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados, sem emendas.

A Comissão de Finanças é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Ermírio. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves. — Lobão da Silveira. — Domicio Gondim. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 276, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 46, de 1966 (número 3.445-B-65, na Câmara), que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma fábrica de fios de algodão.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

O Projeto em exame visa a conceder isenção dos impostos de importação e de consumo referentes a equipamentos destinados à instalação de uma fábrica de fios de algodão, pertencente à Companhia Paranaense de Fiação e Tecelagem "Paranafeios", do Estado do Paraná.

A matéria foi submetida ao Congresso Nacional com a Mensagem número 5, de 8 de fevereiro de 1966, do Senhor Presidente da República, nos termos do art. 5º, parágrafos 1º e 2º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Em Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial o Ministro da Fazenda nos dá as razões que determinaram e justificam a concessão do favor legal, entre as quais ressalta a essencialidade e inadiabilidade do projeto o qual se reveste de real interesse para o processo de desenvolvimento econômico e social do país.

Isto considerado, observadas que foram as prescrições legais atinentes à espécie, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — José Ermírio. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves. — Lobão da Silveira. — Domicio Gondim. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 277, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 44, de 1966 (número 3.438-A-66 — na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinados a suprir deficiência da verba de substituições.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

O Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — São Paulo — sob a alegação de que a dotação destinada ao pagamento das despesas decorrentes de substituições, referente ao exercício de 1966, não corresponde às reais necessidades, pois apenas nos meses de janeiro a junho já foram gastos Cr\$ 19.182.000 (dezenove milhões e cento e oitenta e dois mil, nove cruzeiros) — sendo a dotação total de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) — solicitou, através da Mensagem nº 5, de 27 de agosto de 1965, o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), destinado à cobertura daquelas despesas no restante do exercício.

Eslarece aquele Egrégio Tribunal que o esgotamento da verba se deve ao aumento concedido pela Lei número 4.439, de 27 de outubro de 1964. Acertando as razões aduzidas, a Co-

missão de Constituição e Justiça da Câmara, elaborou o competente Projeto de Lei que, submetido a plenário, foi, sem restrições, aprovado naquela Casa.

Os motivos determinantes da solicitação do crédito suplementar são de molde a não permitir qualquer dúvida quanto à sua imprescindibilidade, face ao que opinamos pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — *Lobão da Silveira*, Presidente. — *Pessoa de Queiroz*, Relator. — *José Ermírio*. — *Gay da Fonseca*. — *Wilson Gonçalves*. — *Bezerra Neto*. — *Domicílio Gondim*. — *Sigefredo Pacheco*.

Parecer nº 278, de 1966

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1966 (nº 2.404-B-60 — Câmara) que trata de pagamento das taxas de "Melhoramentos dos Portos" e de "Renovação da Marinha Mercante", a importação de uma bomba de cobalto feita pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo.

Relator: Sr. Manoel Villaga.

O projeto ora submetido à nossa consideração é de autoria do Deputado Cunha Bueno e tem por escopo isentar das taxas de "Melhoramentos dos Portos" e de "Renovação da Marinha Mercante" uma Bomba de Cobalto importada pela Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Ao justificar a proposição salientou seu ilustre autor que o referido equipamento médico foi adquirido mediante subscrição pública por iniciativa do Lions Clube de Santos. Que no entanto o alto preço da aparelhagem em questão, que atingiu a US\$ 60.000,00, absorveu a totalidade da soma angariada. Diante disto, a empresa transportadora dispôs os fretes e os estivadores daquele porto paulista renunciaram a qualquer remuneração.

No tocante à isenção ora vindicada, alegou a Administração Pública a impossibilidade de conceder qualquer favor fiscal, pois, só através de lei, podem os mesmos ser concedidos.

As circunstâncias acima descritas, e o ambiente de solidariedade humana de que se revestiu a aquisição do equipamento em tela, falam exuberantemente em prol da proposição.

A Comissão, fazendo remissão dos doutos pronunciamentos já expendidos, e entendendo dos mais justos o benefício consubstanciado no projeto, é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1966. — *Menezes Pimentel*, Presidente. — *Manoel Villaga*, Relator. — *Atílio Fontana*. — *Gay da Fonseca*. — *Bezerra Neto*. — *Pessoa de Queiroz*. — *José Ermírio*. — *Aurélio Viana*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa.) A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento nº 150, de 1966, apresentado ontem, pelo qual o Sr. Senador José Guionard solicita informações a serem prestadas pelo Prefeito do Distrito Federal. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Vitaldo Lima. (Pausa.) Não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa.) Não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, mais de uma vez o Senado tem ouvido a palavra de representantes do povo com assento nesta Casa reclamando e condenando o programa inicial do Ministério da Viação posto em execução pelo Governo instalado com o movimento de 1º de abril.

Obras ferroviárias, ramais ferroviários existentes, construções rodoviárias em zonas de pleno desenvolvimento foram sumariamente extintos.

Agora mesmo recebi um memorial das autoridades e das classes produtoras do Município de Corumbá, no qual apelam às autoridades da República, para que voltem os trabalhos de construção da BR-262, no trecho Corumbá-Campo Grande.

Nos primeiros dias do atual Governo da República foi determinada a paralisação das obras daquela rodovia, no trecho Corumbá-Aquidauana. Os trabalhos, por sugestão dos produtores daquela região, eram acelerados e se iniciaram a partir do trecho final, isto é, de Corumbá, fronteira com a Bolívia, em direção a Aquidauana. Incalculáveis prejuízos e, sobretudo, injustificáveis e danosos, resultaram da paralisação, o que desatendeu às pressões evidentes de uma zona ansiosa e capaz de desenvolvimento.

Não somente os produtores e as populações da zona pecuária clamaram pela realização da rodovia. O Exército Nacional, que ali tem seus programas e problemas, recebeu constrangidamente o impacto, agravado com o desprezo à obra em expectativa da rodovia Forte Coimbra-Corumbá, resultante de projeto de nossa autoria e incluído no Plano Rodoviário Nacional.

O General Costa e Silva, como Ministro da Guerra, percorreu a região e manifestou suas impressões, afirmando que o Exército estava atento e preocupado com o problema das comunicações e transportes na fronteira.

É problema de defesa nacional, mas é, acima de tudo, questão de desenvolvimento econômico, abafado com a paralisação. Ademais, trata-se de obra fácil, como anti-econômico foi fazer o material técnico das obras voltar de Corumbá, após os serviços sustados. Dá pena ver abandonadas dezenas de quilômetros de rodovia.

A propósito, vou ler para o Senado mais um apelo das figuras responsáveis do Município de Corumbá, a mim dirigido, com a esperança ainda, de que os poderes competentes tratem de revogar a injusta da sustação daqueles trabalhos.

A propósito, ainda, antes da leitura, quero mencionar a resposta enviada ao Senado pelo chamado Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPTS), atendendo a pedido de informações de nossa autoria, em que indagávamos quais as prioridades e quais os setores nacionais, em matéria de transportes, objeto dos estudos daquele Grupo. Trata-se de uma organização em que várias firmas estrangeiras, dessas que são denominadas especializadas, foram contratadas para o levantamento e classificação das prioridades nacionais. A GEIPTS enviou ao 1º Secretário do Senado as respostas ao nosso pedido de informações, e diz que são objeto de seus estudos apenas os seguintes setores:

a) Estudo das ferrovias federais e do Estado de São Paulo;

b) Estudo da navegação de cabotagem em toda a costa brasileira;

c) Estudo dos sistemas portuários do Recife, de São Paulo e do Rio de Janeiro (Guanabara); e

d) Estudo das rodovias nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (federais e estaduais).

Somente nessa área rodoviária referida na letra "d" é que se situam os estudos do chamado GEIPTS.

Passo a ler, portanto, o memorial recebido das classes produtoras de Corumbá:

"Corumbá, 29 de março de 1966 — Do: Povo de Corumbá — Ao: Exmo. Sr. Senador Vicente Bezerra Neto — Assunto: Solicitação (faz).

O Prefeito Municipal de Corumbá, o Presidente da Câmara Municipal, e os representantes das entidades classistas desta cidade, transformando-se em porta-vozes dos anseios da população desta cidade e progressista comunidade, com o respeito devido vêm a presença de V. Exª para solicitar as providências legais necessárias para que o subtrecho da BR-262, compreendido entre Aquidauana-Corumbá seja incluído no Plano de Ação Imediata do Conselho Rodoviário Nacional para o exercício de 1967, pelos motivos abaixo expostos:

Corumbá é uma cidade que possui apenas os meios de transporte aéreo, fluvial e ferroviário, para dar vazão às suas riquezas, que não são poucas, fazendo-se mister a imediata construção de uma rodovia que a integre no Plano Rodoviário Nacional, ligando-a por este veículo de comunicação, com o resto do país.

Data de muitos anos a luta das autoridades locais e povo desta cidade, rica e progressista, para conseguir esta saída rodoviária representada pela BR-262, antiga BR-33.

Dizer das facilidades que trará a mencionada via de acesso será desnecessário, pois as estradas de rodagem levam o progresso, bastando construí-las para ver o Brasil crescer e se desenvolver, fazendo-se admirar no concerto das nações do continente americano.

São as estradas de rodagem as veias por onde correm os mananciais das riquezas nacionais.

Inúmeros estudos já foram elaborados, diversas personalidades da República por aqui passaram, promessas foram formuladas e reiteradas, planos foram efetuados, mas até o presente momento continua sendo utópica esta aspiração do povo da Cidade Branca.

Do Ministério de Viação e Obras Públicas recebeu a Prefeitura Municipal de Corumbá expediente em que tomou conhecimento da não inclusão do trecho Aquidauana-Corumbá, no Plano Preferencial de Obras Rodoviárias, estabelecido pelo Decreto nº 57.088, de 15-10-65, que fez referência apenas ao trecho Campo Grande-Aquidauana.

Necessário se torna no entanto dizer da capacidade econômica da região que clama por esta reivindicação, para lhe emprestar um maior desenvolvimento e um progresso sempre crescente.

Corumbá, considerado o maior parque bovino do país, berço de uma das maiores jazidas de ferro e manganês de todo o mundo, produtora de cimento, moagem de trigo, fiação, cal, extração de pedra, areia, paralelepípedos, bebidas em geral, cerâmica, possuidora de um amplo comércio com a vizinha República da Bolívia, bem como de uma agricultura apreciável, centro distribuidor de todas as cidades ribeirinhas do Rio Paraguai, a maior fonte arrecadadora do Imposto de Renda em todo o Estado de Mato Grosso, com 80.000 habitantes aproximadamente e com uma área de 69.915 km², coloca-se entre as três primeiras cidades do Estado de Mato Grosso.

No que se refere à Segurança Nacional, Corumbá, situada na linha de fronteira, poderá ser a qualquer momento transformada em área de fricção, mercê da indefinição de parte da nossa fronteira face à Bolívia.

A única via de acesso da área, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com sua linha singela, no momento tem capacidade de fazer chegar a Corumbá cerca de 300 vagões-dia de carga, o que asseguraria uma tonelagem máxima de ... 12.000 ton-d.

Esta capacidade, evidentemente, deveria ser ampliada em situações de emergência.

Convém, porém, assinalar que Corumbá não é somente centro consumidor, mas importante centro distribuidor, uma vez que, entre o paralelo 17º e o paralelo 21º, nenhum outro meio de transporte terrestre garante ligação com as demais áreas do País.

Na hipótese de operações militares, essa situação de centro distribuidor ganharia realce, particularmente por ser o único centro com essa característica a W do Rio Paraguai.

O ponto crítico representado pela ponte ferroviária sobre o alto do rio, se interrompido, acarretaria sérios inconvenientes para toda essa vasta área, notadamente por tratar-se de transporte ferroviário, cujas obras de arte não podem ser substituídas por equipamento militar.

Outrossim, as condições da infraestrutura da ferrovia não são das mais favoráveis. Para comprová-lo basta lembrar a recente interrupção do tráfego durante seis dias, em consequência do abalo de pequena ponte, o que ocasionou paralisação parcial na cidade da cidade, cuja termoeletrônica depende de vultoso consumo diário de óleo diesel.

A construção da BR-262, além dos evidentes benefícios de caráter geral, ampliaria a capacidade de recebimento do centro distribuidor de Corumbá, em uma tonelagem de aproximadamente 10.000 ton-d dependendo das características da estrada, com reflexos profundos em qualquer possível operação militar.

Sua saída rodoviária propiciará meios fáceis de manutenção, ampliação dos mais variados serviços de utilidade pública, mormente, da linha de transmissão da energia elétrica de Urubupungá, cuja extensão estará nesta cidade nos próximos 2 anos.

A necessidade é premente. Os meios de transportes existentes são deficientes, oriundos dos incidentes periódicos que se verificam na Noroeste do Brasil e nas linhas aéreas que servem a cidade, que também está a espera de que seja servida por aviões de maior porte e que se utilizarão da nova pista, também em construção. Será a BR-262 o veículo rápido para o transporte do gado gordo que abastecerá os grandes centros consumidores do país, dando assim vazão à sua principal riqueza.

Tendo tomado conhecimento através da Associação Rural de Corumbá de que no próximo mês de agosto do corrente ano na Cidade do Rio de Janeiro se reunirão os componentes do Conselho Rodoviário Nacional que irá elaborar o Plano Preferencial de Obras Rodoviárias para o ano vindouro de 1967, estabelecendo assim o Plano de Ação Imediata do Governo Federal no setor rodoviário, apressamo-nos para solicitar de V. Exª que o subtrecho da BR-262 de Aquidauana-Corumbá seja incluído nesse Plano para que Corumbá assista a partir de 1967 o início da construção daquela rodovia, alcançando assim uma de suas mais perseguidas metas.

Certo de que V. Exª dará a presente solicitação a atenção que o caso requer aproveito para antecipar os sinceros agradecimentos, protestando pela mais elevada estima e distinta consideração. — Cordiais saudações. — Dr. José

Sebastião Candia, Prefeito Municipal. — Vereador Clio Proença, Presidente da Câmara Municipal. — Adib Saab, Presidente da Associação Comercial. — Belmiro Maciel de Barros, Presidente da Associação Rural. — Dr. João Baptista Rodrigues Leite, Presidente do Rotary Clube. — José Xavier, Presidente do Lions Clube. — Dr. André Melchiodi de Barros, Presidente da COSIMA. — Salim Kasar, Pela Indústria. — Carlos de Castro Brasil, Pela Imprensa. — Dr. Octavio Augusto Lobo Barbosa Carneiro.

Era o que tinha a dizer a respeito desse magno problema, de interesse vital, crucial mesmo, que vem estragando a vida das classes produtoras da região corumbanaense, fronteira Brasil-Bolívia, ciosas de seus direitos e possibilidades de desenvolvimento. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, para os ativos da tarefa parlamentar a vida se faz agitada por maior que seja a tranqüilidade que aparentamos em nossa nação. Não obstante, há sempre reserva de tempo para a meditação, assim como um exame retrospectivo das coisas que passam, dos acontecimentos que nos envolveram, do cotidiano de que participamos. Poderá o historiador do futuro, que se preocupar com o Congresso dos nossos dias, classificá-los especialmente como parlamentares de Brasília. Esse registro não terá uma significação vaga, eis que ele merece intensa investigação. Ela começará das reações que serão comuns a todos os que para aqui vieram compulsoriamente, para deter-se no comportamento que cada qual assumiu em face dessas reações e na capacidade que cada um demonstrou de conduzir-se mercê de tantas, de tão ricas, de tão multiformes contingências. Se quiserem saber, direi que estou entre os que encontram opulento objeto de distração o deter-se nessa apreciação. Se encontrasse interlocutor, passaria horas a comentar dentro do fascinante tema que envolve tipos de personalidades, caracteres, recursos pessoais, gama de mentalidades, tudo em função do fato novo que foi, que é, a nossa transferência para uma região e, particularmente, para uma cidade que, pelo menos a nossa presença, ajudamos a dar forma, senão ainda consolidação.

Quero começar assim explicando minha presença na tribuna, uma vez que Brasília completa seis anos de existência. Ora, perguntarão talvez, que Senador é esse que se preocupa com o aniversário de uma cidade? E eu responderei que, para os senhores, nem os 226 anos de Porto Alegre ou os 400 anos do Rio de Janeiro terão tanta significação como esses seis anos aqui transcorridos, pelo que exigiram de nós movimento em esforço de superação. Naturalmente não incluo os itinerantes, os que, de quando em vez, vêm espiar como se passam as coisas por aqui. Eles não entenderiam sequer o sentido deste registro. Nem o entenderão os que para eles tanto faz uma cidade como outra, tanto faz um ambiente como outro, refratários sempre ao sentido das coisas. Falo apenas para os que atribuíram valor à transformação operada em suas vidas em virtude de sua presença ativa no planalto.

Afora minhas observações do cotidiano, gosto de ler, e tenho lido muito, as apreciações que se fazem sobre a Nova Capital. Os radicais que a negam, os radicais que a exal-

tam, inventando imagens, forçando inexistências. E há os tranqüilos que penetram fundo a humanidade em busca de forma, ora em vidas que vegetam, ora em vidas que se encontraram, que aqui se condensam. Enquanto isso, Brasília veio vindo, espregulhando-se no leito que lhe deram.

As vozes de protesto foram caíndo. Antes de nós, Brasília veio para ficar. Havia um destino a cumprir. Quiseram que ela voltasse. Movimentos, retornistas ora tomavam vulto, ora esmaeciam, para recrudescer depois, mas sempre mais fracos. Agora calaram. A cidade conheceu, desde o desprezo do seu criador, até as mais tenazes resistências, as mais vorazes contumélies, enquanto, em silêncio, dela desertavam outros, levando Ministérios, Diretorias, arquivos, como se fugissem de algo pestilento, contaminante, letal. Mas a cidade sorria, aberta ao sol planaltino, como sorriam os que, de alma grande, com ela se fizeram solidários mesmo nas horas amargas da transfiguração. Estes amanhã levantarão sinceramente suas taças nos apartamentos bem mobiliados que o GTB lhes alugou e outros contentar-se-ão, festivos, com um trago de aguardente nos botecos abertos para a confraternização dos simples. Os que entenderam Brasília nas suas dimensões subjetivas, saibam expressá-lo ou não, o que não importa, os que conduzem consigo a força integradora que imanta homem e meio, festejarão, em seus corações principalmente, o evento, a definidora etapa.

Seria o ideal, mas seria utópico, querer que todos pensassem assim. Mas há, de ser da soma de todos os que pensam assim que se há de fazer a consolidação. Se me disserem, numa interpretação pragmática, que mais moradias, mais atendimento urbano, mais transporte coletivo, isso que a administração da cidade está fazendo com calor, embora desproporcionadamente em relação aos reclamos como mais trabalho e mais recreações farão a consolidação. — eu concordarei. Colocarei, porém, em primeiro lugar a consolidação dos espíritos porque é nela que se fará peregrina a integração. Nessa consolidação estará a força definitiva contra a qual serão inúteis todas as investidas.

De qualquer forma, vale a pena qualquer tributo que se tenha pago ou que se pague nesta contribuição a empolgante tarefa da consolidação. Quando passo pelas super-quadras e vejo as crianças enchendo de vida os grandes espaços, quando as vejo deixar, conduzindo esperanças, as escolas-classe, fico a pensar que este há de ser o prêmio, a contra-partida, o triunfo dos que, na sua compreensão, sufocaram tédios, enfrentaram renúncias. Essas crianças serão, não tarda, adolescentes, depois adultos. E, naturalmente, sem artifícios, constituirão a magnífica comunidade que nós preparamos hoje com o espírito aberto ao fascinante entendimento. Por tudo isso, que importa a forma e a singeleza das palavras, não deixaria de dizer alguma coisa sobre o sexto aniversário de Brasília. Maior incógnita não existe que a de saber se em próximos anos, poderia eu manifestar meu pensamento através de uma tribuna assim. Dentro do Senado são tantos os que conferem com o meu pensamento e, se eles me permitirem, em seu nome brindo Brasília, que há de se fazer grande em nós à medida que maiores nós fizermos nela. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Senhor Senador José Guimaraes. (Pausa.) Não está presente. Tem a palavra o Senhor Senador Antônio Carlos. (Pausa.) Não está presente. Tem a palavra o Senhor Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, o Brasil tem enfrentado, através dos séculos, problemas de fronteiras os mais difíceis.

Sagrou-se a nossa diplomacia, em diversas oportunidades, atuando decisivamente na defesa da integridade do nosso território. Quase todas as questões de fronteiras vêm sendo resolvidas pelo arbítrio de potências estrangeiras, que sempre nos deram ganho de causa nas pendências internacionais que temos enfrentado: o caso das Guianas, do próprio Território do Acre — hoje um dos Estados da Federação brasileira —, do Território das Missões, do Chaco — e poderíamos citar diversas contendas que, de perto, interessava ao povo brasileiro e que, graças ao esforço de Rio Branco e de tantos outros vultos da cultura pátria, foram reconhecidos os nossos direitos.

Tem havido discordância profunda entre Oposição e Governo sobre posições do nosso País dentro da conjuntura internacional, como no caso do envio de tropas brasileiras para a República Dominicana. Achávamos — como achamos ainda hoje — que foi um erro cometido pelo nosso Governo, firmando convênios internacionais, o envio de tropas brasileiras para São Domingos.

Ontem, numa exposição feita pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores, foi declarado por S. Exa., a uma pergunta que lhe fizemos, que tão logo o Governo da República Dominicana solicite a retirada do contingente brasileiro que ali se encontra, as nossas tropas dali sairão, imediatamente, sem que ouçamos qualquer outro país, sem que peçamos opinião de governos estrangeiros sobre a nossa conduta.

Sr. Presidente, já tivemos uma pendência com o Paraguai, país de bravos, país destemido, país de lutadores. A ditadura Lopez, que sucedeu a Francia, levou aquele país a uma luta armada contra o Brasil. Foram desrespeitadas as nossas fronteiras; invadido o nosso território. A retirada da Laguna é um dos episódios que orgulham o povo brasileiro. Riachuelo, Lomas Valentinas, Iteoró, Passo da Pátria, Humaitá, Cerro Corá, tantos e tantos episódios daquela luta, provocada pelo ditador do Paraguai, levaram-nos a compreender aquele povo, o seu caráter, a sua capacidade de luta, a respeitá-lo e, acrescento mais, a estimá-lo, amá-lo até.

Os paraguaios são nossos irmãos. Lutam, como nós lutamos, por que ali se estabeleça um Governo democrático.

Depois daquela guerra tão longa, quando milhares de vidas de brasileiros e de paraguaios foram ceifadas; depois do tratado de paz que foi firmado, quando nós, numa atitude de despreendimento que toda a América compreendeu, praticamente nada exigimos dos que foram vencidos pelas armas; depois da construção da Ponte da Amizade, que liga o Paraguai ao Brasil e o Brasil ao Paraguai, uma saída natural para a riqueza paraguaiá, abrindo também um mercado natural para os produtos brasileiros; depois de tantos e tantos motivos para que a amizade se confirmasse, e de tantas e tantas atitudes que diziam do ensejo dos dois povos de estreitarem cada vez mais os laços de amizade e de fraternidade, surge, agora, uma questão intempestiva entre o Paraguai e o Brasil.

Nunca fora denunciado o Tratado de 1872. Os marcos que construídos

na fronteira do Brasil com o Paraguai nunca foram contestados. Também as Sete Quedas, se brasileiras eram, continuaram brasileiras aquelas cachoeiras. E, no momento em que o Brasil traça planos para o aproveitamento do seu grande potencial energético, surgem vozes no país guarani pleiteando uma revisão para que parte do nosso território, assim reconhecido como nosso, internacionalmente, passe a pertencer ao Paraguai.

Desejamos compreensão, entendimento sem alienação dos nossos direitos. Desejamos o aproveitamento da energia hidráulica daquela grande cachoeira, para o bem do Brasil e do Paraguai, para o desenvolvimento latino-americano, sem alienação dos nossos direitos. E assim como vimos combatendo e condenando a ocupação do território de uma nação da América Latina por tropas brasileiras — embora não tenhamos grandes motivos para condenar a manobra como os nossos soldados se vêm portando ali — não podemos deixar de dar apoio ao Governo do Brasil na sua luta pela preservação do nosso território porque, acima do atual Governo, acima de nós, do Parlamento Nacional, está o Brasil, o seu território, os seus rios, os seus vales, as suas montanhas, as suas cidades.

Não queremos uma polegada do território paraguaio, mas não lhe daremos coisíssima nenhuma daquela que não nos pertence propriamente, mas a todas as gerações. Desejamos um acordo, não sobre o território que é nosso — não é um território contestado, mas para que haja melhor compreensão do problema, a fim de que a nossa amizade se confirme, se solidifique cada vez mais.

Na guerra do Paraguai perdemos milhares e milhares de irmãos nossos, mas nunca exploramos a vitória, porque não confundimos povo com erros de governantes.

Durante todos os anos que se passaram, depois da Guerra do Paraguai, temos procurado aproximação com o Paraguai e o Paraguai conosco. Que o nosso Governo, sem ferir os sentimentos da nação guarani, sem demonstrações parciais — que não tem — continue promovendo todos os meios para que o Paraguai continue reconhecendo os direitos, que sempre reconheceu, do Brasil àquele território.

São os desejos nossos, e nós da Oposição, que temos dificuldade no Brasil, reconhecemos das dificuldades da oposição no Paraguai. E que a oposição, ali, compreenda que não deve incendiar as almas e os corações, lançar o seu povo contra o nosso povo, o seu país contra o nosso País, mas procurar um entendimento, apagando, em definitivo, tudo aquilo que representou o conflito armado entre o Brasil e a sua Pátria, lembrando-se do presente e do futuro, que a ambos os Países pertencem, e será um grande futuro o nosso como o da grande Nação paraguaiá.

Não estamos, como Oposição, defendendo o nosso Governo; estamos como Oposição defendendo os nossos direitos. E, se o Governo está na linha, deve sentir-se incentivado por nós, para nela continuar cumprindo o seu dever de preservar o patrimônio nacional e de criar condições para a harmonia entre as diversas nações do continente americano.

A última atitude do nosso Governo, no Panamá, foi olhada com simpatia pelos brasileiros. Era uma revolução de independência que tocava a alma nacional. Depois de tantos atos que o colocavam em situação difícil perante o povo brasileiro, houve uma clarinada de independência, no Panamá, que repercutiu, nacional e internacionalmente, no caso do Paraguai.

O nosso desejo não é o de ferir, o de atacar, o de envolver. A nação brasileira nunca foi imperialista. Não é, não foi e não será.

Já se fala, fora do Brasil, nas veleidades imperialistas do povo brasileiro.

leiro. E a reação pode vir em cadeia. Mas desejamos que a nossa diplomacia, embora com firmeza, mas com aquela habilidade dos estadistas que já tivemos neste país, como Rio Branco e o Barão de Penedo, por exemplo. Esse Barão é um alagoano de Penedo, que muitos consideram na mesma altura de Rio Branco, pois que soube, na questão Christie, conduzir nossa política de tal modo, que conteve as ambições da Inglaterra e, na questão da ocupação da Amazônia por grupos estrangeiros, soube fazer valer os direitos do Brasil.

Desejamos, Sr. Presidente, que a nossa diplomacia se conduza de tal modo que, nessa questão que não provocamos, surja um entendimento muito maior, unam-se as duas pátrias para o aproveitamento dos seus recursos naturais, amparem-se ambas, profitem-se unidas no futuro e deem o exemplo de união, de fraternidade e de reconhecimento de direito e de deveres para toda a América e para todo o mundo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje estivemos reunidos, o Presidente do MDB e os dois líderes da organização política da Câmara e do Senado, trocando idéias para uma tomada de posição. Ouvimos que o Chefe do Governo está no firme propósito de vetar o projeto de lei que elimina o voto vinculado.

Sr. Presidente, houve manifestação clara, da Câmara dos Deputados, de repúdio ao voto vinculado. Naquele momento, não havia, no plenário, propriamente, Governo e Oposição, mas Deputados e Senadores tratando dos interesses eleitorais, dos interesses nacionais, com independência e compreensão do problema. A votação da Câmara foi clara. Com firmeza, aquele Poder pronunciou-se contra o voto vinculado.

E a vitória foi esplêndida, e de tal modo, que a Liderança do Governo no Senado da República, reconhecendo a decisão da Câmara — decisão histórica, diga-se de passagem — votou com os seus liderados, unanimemente, a favor do substitutivo que eliminava o voto vinculado. E o MDB no Senado, também por unanimidade, confirmou a decisão da Câmara. Logo, o Senado decidiu, harmoniosa e unanimemente, contra o voto vinculado, a favor da decisão dos Srs. Deputados.

Agora, apregoam, espalham e ao nosso conhecimento chegou que é propósito do Sr. Presidente da República vetar o projeto. E então, a inquietação voltará. Note o Senado da República: depois daquela decisão do Congresso, Câmara e Senado, amainaram as paixões, cessaram os debates em torno do voto vinculado. Ninguém poderia imaginar que, diante da decisão do Senado e da Câmara, o Sr. Presidente da República — se verdadeiras as informações, publicadas e veiculadas — tivesse a idéia de vetar aquela proposição, porque o veto traria novas inquietações. No Brasil ARENA? No Brasil MDB? No Brasil político, no Brasil que vota e disputa eleições.

Não estamos afirmando, transmitindo o que temos sabido. E mister é que o Governo seus bons conselheiros, que os há. Infelizmente, para nós, a maior parte dos conselheiros do Governo estão muito afastados da realidade nacional, não pensam nem mesmo em termos regionais, não pensam em termos municipais. Alguns ainda pensam em termos de cubatas africanas, que nem mesmo os africanos precisam mais. E toda vez que há um entendimento mais alto entre o Congresso, visando a pacificação dos espíritos, a ordem, o entendimento produtivo, surgem essas aves de arbústo da política brasileira, esses vendedores de águas turvas. E antes que haja um pronunciamento, para manter-se nas posições que querem, pressionam-se sugerindo coisas que não

à ordem e ao entendimento, mas a desordem e ao desentendimento.

Dizem que a Oposição, quando apresenta uma emenda sobre domicílio eleitoral, está procurando inquietar os espíritos. Quando? Como? Por quê?

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Foi não. Com prazer.

O Sr. Gay da Fonseca — Infelizmente, não tive oportunidade de ouvir o início do pensamento de V. Exa. No entanto, tão logo cheguei ao plenário, procurei ouvi-lo respeitosamente, como sempre, com admiração pelas brilhantes exposições que V. Exa. faz. Apenas não entendo por que se possa tachar de agitação o fato de, eventualmente — como bem V. Exa. frison e não tenho elementos para afirmar nem contraditar — o Presidente da República usar de um direito constitucional que é o veto. O veto significará o quê? A reapertura do exame a reapreciação do problema pelo Congresso Nacional. Tanto o Presidente da República usa de um direito constitucional, o veto sem agitar, nem tumultuar, mas dentro da ordem jurídica, como o Congresso usará de sua faculdade constitucional de apreciar, aceitando ou rejeitando, o Veto do Sr. Presidente da República. Não vejo nenhuma agitação nisso. Vejo, dentro da ordem jurídica, o Executivo exercendo prerrogativa que a Constituição lhe faculta, e, ao mesmo tempo, Congresso Nacional usar da faculdade de aceitação ou rejeição do veto.

O SR. AURELIO VIANNA — Estou certíssimo, pelo aparte de V. Exa., de que V. Exa. aqui não se encontrava mesmo, porque não há relação de causa e efeito entre o aparte de V. Exa. e o meu pronunciamento.

Não abordei a questão de ter o Presidente da República o direito de vetar uma proposição. Não discuti que isso não é um direito constitucional. Absolutamente, não! Falei mesmo sobre certos conselheiros do Presidente da República que o levam a tomar posições tais e tão insustentáveis que V. Exa. vem verificando as mutações, as revisões de posição que são uma constante em certos aspectos do panorama. Não me referi a V. Exa. que é bom conselheiro.

O Sr. Gay da Fonseca — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. AURELIO VIANNA — Refere-me aqueles conselheiros — por exemplo — que tudo têm feito para que o Presidente da República, usando de faculdade não constitucional, mas que lhe deu a revolução, através de atos institucionais e complementares, intervenha no Estado de Goiás e elimine deputados pelo simples fato de terem agido de acordo com a Constituição do seu Estado, com as leis em vigor, a decidindo soberanamente, terem dado seu voto a um candidato para Presidente da Câmara do seu Estado.

Parabenizo-me com os bons conselheiros que, ao certo, têm dito ao Presidente da República: "Presidente não faça isto; isto é um absurdo, é um ato de força que vai ter repercussões internacionais, fere os seus próprios pronunciamentos de respeito às deliberações das Assembléias constituintes pela vontade do povo". Depois de uma votação eliminam-se os votantes dando-se uma demonstração ao mundo inteiro de que o que se diz, o que existe, é uma farsa ainda que uma farsa seja mesmo.

Eliminaram-se os Partidos, foram constituídos dois blocos, duas organizações políticas, permitindo-se-lhes a existência e que os seus componentes votassem e desviassem. Então, o jogo não é democrático? Depois da votação dos Partidos a exigência de

capitulações? Só pode sobreviver na Democracia brasileira o grupo político que receber ordens, e as praticar, conforme a vontade do Chefe do Executivo?

Isto é para que V. Exa. entenda bem a minha linguagem, para que V. Exa. entenda que, quando nos incentivamos o Governo Brasileiro a continuar na luta pacífica para a solução do problema que o Paraguai criou, declarando que, antes de tudo, está a soberania do Brasil, sobre o seu território, com a mesma independência denunciarmos o que se apregoa, não somente sobre a decisão da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, como sobre o voto vinculado, para demonstrar a sociedade — não é a sociedade — que não somos agitadores, que, se há agitação na área do Governo sobre a sucessão presidencial e outras questões, não é provocada por nós.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Ouço V. Exa., com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Noare Senador Aurélio Viana, no momento em que V. Exa. fixa o problema da inoportunidade ou da falta de justa motivação para a hipótese do veto ao projeto que desvincula o voto do Deputado Estadual do Deputado Federal, queria, apenas, assinalar a uma circunstância. E tanto menos compreensivo a idéia anunciada de que o Presidente da República tende a apor veto à decisão do Congresso quando se observa que o assunto não é propriamente do interesse do mecanismo do Governo, da administração. É uma particularidade, dentro do sistema eleitoral, relativa ao voto proporcional.

O SR. AURELIO VIANNA — Exatamente.

O Sr. Josaphat Marinho — Os órgãos mais atingidos pela medida e, por isso mesmo, mais aptos a julgar a sua conveniência ou da sua inconveniência, apreciaram, longamente, a matéria e sobre ela decidiram, recusando o voto vinculado. Além disso — e aí cresce a estranheza — não se entende, como V. Exa. assinalou, que depois que a Câmara dos Deputados, por maioria esmagadora rejeitou o voto vinculado, e o Senado o fez por unanimidade, — e o fez exatamente atendendo em que a matéria era de interesses predominante da Câmara dos Deputados — o Sr. Presidente da República, que tem o apoio da maioria, ainda insista na rejeição do dispositivo, assim adotado pela quase unanimidade de todo o Parlamento.

O SR. AURELIO VIANNA — Esta questão V. Exa. situou com mestria. Realmente pacificados os espíritos, havendo entendimento espontâneo entre os representantes da maioria dos dois blocos políticos, como atitude de quem promove novas inquietações, quando deveria sacramentar a pacificação?

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Um momento, Senador.

Mesmo por que, em nome dos interesses partidários, que não seria aposto o veto ao projeto. Por quê? Porque não há partidos no Brasil e quem o declara é o Sr. Presidente da República, no ato de criação dos dois organismos políticos, até que sejam organizados os partidos, depois das eleições de 1968. Está escrito lá.

Obrigado ao povo a votar partidariamente, quando não existem partidos. Isto não é absurdo, porque é uma loucura.

Concedo, agora, o aparte de nobre Senador Gay da Fonseca.

O Sr. Gay da Fonseca — Vejo que não estava tão mal situado no pronunciamento de V. Exa. depois do pronunciamento do Senador Josaphat Marinho. Agora volto a afirmar o seguinte: ora, se o Congresso Nacional terá oportunidade de se pronunciar, novamente, sobre a matéria, uma vez vetada pelo Sr. Presidente da República, não vejo por que o Congresso se rebete contra o veto, quando este significa a oportunidade de manifestação, de retificação ou ratificação de posição anterior.

O SR. AURELIO VIANNA — O Congresso não se está rebelando contra o veto. V. Exa. ouviu do Líder do Governo, quando dissemos, afirmamos e reafirmamos: propala-se, veicula-se, diz-se...

O Sr. Gay da Fonseca — Foi como tomei as palavras de V. Exa.

O SR. AURELIO VIANNA — É tão inacreditável...

O Sr. Gay da Fonseca — Ai, discorde de V. Exa.

O SR. AURELIO VIANNA — ... que nos levantemos! E como gostaríamos de um esclarecimento sobre a posição do Presidente da República, responde V. Exa. no seu aparte: "Mas o Presidente da República tem o direito de votar!" Tal não se discute nem está em debate.

O Sr. Gay da Fonseca — Vossa Excelência permite; não entendo esta agitação toda do Congresso, pelo fato de o Presidente da República usar de um recurso constitucional como o veto. Permita-me V. Exa. um rápido aparte — pois estou sendo chamado pela Comissão de Justiça — dizer que discorde quando se fala em agitação. Creio que existe, na área governamental, no presente momento, certa movimentação decorrente de um momento político como o que estamos vivendo: momento político eleitoral. Estamos no ano eleitoral e, consequentemente, no ano eleitoral e, lógico e normal a movimentação nas áreas políticas. Quanto ao domicílio eleitoral, — se me permite, porque estou sendo esperado na Comissão de Justiça.

O SR. AURELIO VIANNA — Mas V. Exa. ouvirá minha resposta...

O Sr. Gay da Fonseca — Naturalmente, com todo o respeito. Quanto ao domicílio eleitoral, realmente, ocorre que o MDB, — segundo a imprensa — apresentou um projeto revogando o domicílio eleitoral e, posteriormente, — o que é estranhável, do MDB partiu a revogação desse dispositivo inserido na lei eleitoral por iniciativa de um integrante do MDB...

O SR. AURELIO VIANNA — Não! O Sr. Gay da Fonseca... — que fez a defesa desse mesmo dispositivo, o Senador Edmundo Levi. S. Exa. falou, nesta Casa, defendendo a exigência do domicílio eleitoral, com apoio de vários Senadores, tanto da ARENA como do MDB.

O SR. AURELIO VIANNA — Meu nobre Senador, não sei se estou equivocado — não gosto de afirmar sem convicção. Minha impressão, porém, é de que, quando apresentada a emenda a que V. Exa. se refere, ainda não existia o MDB. Não sei se estou equivocado.

O Sr. Gay da Fonseca — A não ser que V. Exa. queira que eu diga.

O SR. AURELIO VIANNA — Não quero que V. Exa. diga coisa alguma e sim que confirme o que acaba de dizer: que a emenda foi apresentada por elemento do M.D.B. e, agora, o M.D.B. foi contra a emenda do seu correligionário. Mas repito: se não estou equivocado, naquele tempo, havia partidos e, hoje, há organizações políticas, segundo confessa — reflete — o Governo de que V. Exa. é um dos membros.

Ora, muito bem. Então, a questão muda completamente de figura, porque V. Ex.^a quer apresentar uma contradição que não existe. Se fôssemos apontar as contradições do Governo que V. Ex.^a defende então, seria um nunca acabar.

Já hoje os jornais publicam e proclamam que o Chefe do Governo está inclinado a eliminar do processo político brasileiro a figura das eleições indiretas para Governadores de Estado, permanecendo apenas essa figura para as eleições presidenciais. Antes, publicaram os jornais que o Governo, nada faria no caso da estabilidade, sem ouvir a opinião dos sindicatos — já hoje publicam que está pronto o decreto da estabilidade. Não sou eu quem o diz; mas eu não poderia esperar outra coisa: um Governo de contradição, gera contradição. Não há dúvida. Estamos de acordo. Não poderia ser de outra maneira.

Ainda mais, Sr. Presidente, democraticamente aceito o que estou afirmando. Então, o primeiro princípio da argumentação de V. Ex.^a cai por terra, rui. Não foi o M.D.B. que apresentou a emenda. O M.D.B. em face das novas circunstâncias que surgiram no País, no campo das contradições provocadas pelo atual Governo, tentou resolver alguma coisa que escapou quando do debate em torno do domicílio eleitoral. O caso, por exemplo, dos Deputados e Senadores que são, os primeiros, nacionais e os segundos, também nacionais, porque o princípio federativo não elimina do Senador o direito de falar na defesa da economia e dos interesses nacionais.

Por que, quando da discussão da primeira emenda, não se tratou dos funcionários civis e militares transferidos perto de eleições? Por que não se lhes assegurou o direito de disputarem, quando em pleno gozo das suas vantagens constitucionais? Procurou-se, então, resolver este caso, eliminando-se, de plano, o domicílio, e não aperfeiçoando o instituto do domicílio eleitoral. Esta, a verdade!

Por que, no primeiro caso, da lei primeira, não se tratou do caso das aqueles cidadãos brasileiros, geralmente profissionais liberais, recém-formados em universidades, em institutos de ensino superior, que tendo domicílio eleitoral naquela localidade onde se formaram, passando a exercer suas atividades noutra região, ali se adaptando, firmando sua posição continuando sua vida política, em tendo dois anos de residência, e com seu título eleitoral ali, ainda assim não tinham direito a disputar eleições? Nós lhes demos esse direito. Então, aperfeiçoamos o instituto da estabilidade, que não foi para favorecer, criando problema na área do governo a gerarem tais ou quais, porque o MDB como MDB não se pronuncia nem atua como se fosse um órgão oficial do governo, solucionador de problemas políticos das outras áreas, mas visando os interesses nacionais, de cidadãos brasileiros de qualquer filiação político-partidária — e no caso é uma espécie de eufemismo. Então, apresentamos aquela emenda. E observamos já um movimento também de encontro a ela, um movimento também de eliminação da emenda até no nascedouro, porque nós não estamos eliminando, nós estamos aperfeiçoando.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite Vossa Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Meu tempo já se esgotou. Os apertes alongam...

O Sr. Gay da Fonseca — Estou sob pressão do tempo.

O SR. AURÉLIO VIANA — Eu também.

O Sr. Gay da Fonseca — Só queria dizer a V. Ex.^a que gostaria de permanecer ouvindo, até o final, o discurso de V. Ex.^a.

O SR. AURÉLIO VIANA — Vai ouvir, por que já vou terminar...

O Sr. Gay da Fonseca — Só queria dizer a V. Ex.^a que quando se trata de o Governo corrigir ou de o Governo sentir uma realidade política ou social que modifica uma posição ou altera uma legislação, V. Ex.^a chama de contradição...

O SR. AURÉLIO VIANA — Não.

O Sr. Gay da Fonseca — ... mas quando se trata de aspiração defendida pelo movimento que V. Ex.^a representa, então V. Ex.^a chama de aperfeiçoamento ou aprimoramento. Quando o Governo fala em enfocar o problema da estabilidade e quando esse mesmo Governo quer melhorar o instituto da estabilidade, V. Ex.^a fala em contradição, em destruição. Quando há uma norma jurídica que V. Ex.^a entende deva ser alterada, modificada, melhorada, realmente significa para V. Ex.^a um aprimoramento, um sentir da realidade nacional. Para o Governo, V. Ex.^a não concede essa sensibilidade de, sentindo a realidade nacional, impor num determinado momento, uma determinada norma política que trará, como consequência, um aprimoramento um aperfeiçoamento — isso V. Ex.^a não concede ao Governo.

O SR. AURÉLIO VIANA — Vossa Ex.^a está praticando uma injustiça muito grande...

O Sr. Gay da Fonseca — ... muito embora eu reconheça ser um direito que V. Ex.^a exerce, e que tem o dever de defender.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... da dita venia, quando coloca nas minhas palavras que não pronunciei e, quando usando de um pensamento que é seu, o transfere para o seu companheiro como se dele fosse.

O que declarei é que, se há contradição apresentada por V. Ex.^a, no caso vertente do domicílio eleitoral no MDB, muitas contradições poderíamos apresentar num Governo de contradições, porque se um Senador que não era do MDB, porque o MDB não existia, apresentar uma proposição, e depois o MDB, através do líder do grupo político, apresentar outra emenda, na Câmara dos Deputados, se isso é contradição, então o que não diria eu se quisesse apresentar as muitas do Governo que V. Ex.^a defende? E vem daí... Foi da aparente contradição que V. Ex.^a apontou que surgiram as verdadeiras contradições que estão sendo ali apresentadas. Mas V. Ex.^a é testemunha de que não é a primeira nem a segunda, nem será a terceira, nem a quarta e quinta vez que nós apoiaremos atitudes deste Governo como apoiamos de outros Governos e apoiaremos dos que virão.

Seria uma contradição, por exemplo, o Presidente da República manobrar a favor da tese continuísta, quando ele vem declarando, reiteradamente, que não quer e não deseja, nem continuará. Quem afirma que todas as manobras feitas atualmente visam ao continuísmo? Nós, da oposição? Ouvimos de V. Ex.^a, e esperamos, lutando como desde o princípio, contra o continuísmo: o continuísmo na Câmara, ou o continuísmo no Senado, ou o continuísmo nos Governos estaduais, ou o continuísmo na Presidência da República.

E V. Ex.^a verifica se há coerência ou não entre nós, os do nosso grupo, nessa luta porque, acima de tudo, seria a desmoralização completa da Democracia pelo próprio Congresso Nacional. E seria o fim. Nem mesmo os continuístas no campo legislativo gozariam dessa prerrogativa. Nem mesmo as Forças Armadas, já para não falar no povo, acredito que suportassem tal afronta.

Sr. Presidente e nobres Senadores desejamos que o governo, equilibradamente, organize, sensatamente, resolva o problema que surgiu entre Paraguai e Brasil, e que o território

brasileiro, intocável que é, permaneça como se encontra. Seríamos contra uma guerra de conquista, movimentos imperialistas, e somos contra a que percamos qualquer porção do nosso território, que é patrimônio de nosso povo.

Em segundo lugar, desejamos que o Presidente da República sancione a lei com o dispositivo que elimina o voto vinculado, como uma prova de que há harmonia entre os Poderes. A questão é política, foge muito daqueles outros casos de veto, e politicamente deve ser encarada. Aqui nos pronunciamos, para que amanhã não digam que nós somos agitadores. Se porventura for vetado o diploma e houver agitação, que não nos alcumem de agitadores. Estamos defendendo um princípio e continuaremos a defendê-lo.

No caso do domicílio eleitoral, não procuraremos resolver problemas surgidos na área do Governo. Estamos procurando resolver problemas nacionais, que interessam ao povo brasileiro como povo, aquele que vota e aquele que é votado.

Quanto ao caso de Goiás, prestigiamos os nossos correligionários por inteiro. E também desejamos que o Senhor Presidente da República não atente contra a vontade do povo goiano. Se respeitamos os resultados das eleições, desejamos que sejam respeitados os resultados da votação que se processou na Assembleia Legislativa de Goiás. E' esta a nossa conduta.

Finalizo por agradecer, sensibilizando, aos que me apartearam, como aqueles que nos ouviram com tanta elegância e com tanta paciência. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Gilberto Marinho, de acordo com o Artigo 163 § 2º do Regimento. (Pausa.)

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECERAM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Siegfredo Pacheco
Dix-Ruit Rosado
Dinarte Mariz
Baros Carvalho
Silvestre Péricles
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Mello Braga
Antonio Carlos
Daniel Krieger
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de Indicação encaminhada à Mesa pelo Senhor Senador Aurélio Vianna.

E' lida a seguinte

Indicação nº 3, de 1966

Sr. Presidente:

Indico à Comissão Diretora que apresente, com urgência, à deliberação do Senado o Projeto de Resolução necessário a que, aos funcionários desta Casa, se conceda o aumento de vencimentos que a Câmara acaba de atribuir aos seus servidores.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1966. — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — A Indicação que acaba de ser lida será encaminhada à Comissão Diretora.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento subscrito pelo Sr. Senador Benedicto Valladares e outros.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 153, de 1966

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

Os Senadores abaixo assinados, nos termos dos arts. 63, 64 e 212, nº IV, letra Z-4, do Regimento Interno, requerem que ouvido o plenário, seja designada uma Comissão Especial externa de 6 membros para, a exemplo do que vem ocorrendo nos anos anteriores, representar o Senado Federal nas solenidades da VIII Exposição Nacional de Gado Zebu, a instalar-se no dia 3 do próximo mês de maio, na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1966. — Benedicto Valladares — Wilson Gonçalves — Dix-Huit Rosado — José Feliciano — Siegfredo Pacheco. — Aurélio Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — O requerimento que acaba de ser lido, na forma do Regimento Interno, será objeto de deliberação oportunamente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — Presentes na Casa 39 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondim) — Faço observar aos Srs. Senadores que as matérias constantes dos itens 1 e 6 da Ordem do Dia dependem de votação secreta. Por isso a Presidência as deixará para apreciação após a dos demais itens da pauta.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 43, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 107-A de 1961, na Casa de origem), que mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro de termo de contrato celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A., para constituição de aforamento de terreno de marinha e acrescido de marinha situados em Belém, Estado do Pará, tendo pareceres favoráveis, (sob nº 227 e 228, de 1968) das Comissões: — de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa.) Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1961 (Nº 107-A-61, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro de termo de contrato celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A., para constituição de aforamento de terreno de marinha e acrescido de marinha situado em Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro de termo de contrato cele-

brado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S.A., para constituição de aforamento de terreno de marinha e acrescido de marinha situado em Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 51, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 222-A de 1965, na Casa de origem), que revoga o ato do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre o DCT e o Senhor Mikhail Naim Sayeg, para locação de imóvel localizado na rua Aclimação, nº 707, na Capital do Estado de São Paulo, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 229 e 230, de 1966, das Comissões: — de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão Projeto. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. Vai à Comissão Redação.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1965

(Nº 222-A-65, na Câmara)

Revoga o ato do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre o DCT e o Sr. Mikhail Naim Sayeg, para locação de imóvel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogada a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos, em São Paulo, e o Sr. Mikhail Naim Sayeg, para locação do imóvel localizado na Rua Aclimação, nº 707, na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 4:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964, de autoria do Sr. Senador Eurico de Rezende, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 218 a 220, de 1966, das Comissões: — de Constituição e Justiça; — de Minas e Energia; e — de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto voltará à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1964

Dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), elaborará, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, os estudos e projetos para construção de usina termelétrica, com potência nominal mínima de 50.000 Ww (cinquenta mil quilowatts), consumindo carvão nacional, nas adjacências do Porto de Tubarão, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias inscritas no orçamento Geral da União e referente, à Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 5:

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1965, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural na comarca onde não funcione o Conselho Arbitral, tendo Parecer, sob ns. 189 e 190, de 1966, das Comissões — Constituição e Justiça, favorável — Legislação Social, favorável, com a emenda que apresenta sob número 1-CLS

Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 1965

Dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural na Comarca onde não funcione o Conselho Arbitral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao art. 152, da Lei número 4.214, de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), acrescente-se:

“§ 3º Na Comarca onde não tenha sido criado e não funcione o Conselho Arbitral, o dissídio individual poderá ser formulado diretamente perante a Justiça do Trabalho, e sob o regime de audiência previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

E' o seguinte a emenda aprovada:

F. ENDA, Nº 1 — CLS

Ao art. 1º

Na redação do parágrafo 3º, a ser acrescentado ao art. 152 da Lei nú-

mero 4.214, de 2 de março de 1963, onde se lê:

“Na Comarca onde não tenha sido criado e não funcione”,

Leia-se:

“Enquanto não for instalado e funcionar.” — Vivaldo Lima, Relator. — Ruy Carneiro. — Edmundo Levi. — José Guignard.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O projeto vai a Comissão de Redação para que se redija o vencido, para o 2º Turno. Passa-se ao item nº 7, da Ordem do Dia:

Discussão, em turno único, do Projeto da Lei da Câmara número 56, de 1966 (nº 3.505-A, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dá nova redação aos artigos 263 e 266 do Código da Justiça Militar. (Decreto-lei número 925, de 2 de dezembro de 1938) e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, (sob nº 259, de 1966) da Comissão de Projetos do Executivo.

Sobre a mesa requerimento, relacionado com a matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 154, de 1966

Requeiro, na forma regimental, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 56-1966, oriundo do Poder Executivo, para audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1966. — Aloysio de Carvalho Filho.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em consequência da aprovação do requerimento, o projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça. Deverá tornar à Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 8:

Discussão, em turno único, ao Requerimento nº 136, de 1966, pelo qual o Senhor Senador Jefferson de Aguiar solicita a inscrição em Ata de Voto Congratulatório com o Jornal do Brasil pelo transcurso do 75º aniversário de sua fundação, ocorrido em 9 de abril, tendo Parecer favorável, (sob número 258, de 1966), da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Requerimento.

(Pausa.)

Como não há manifestação da Casa, dou a discussão como encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que concordarem com o Requerimento permanecerão sentados.

(Pausa.)

Está aprovado o Requerimento. Será consignado em ata o voto de congratulações aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Como havia anunciado, as matérias constantes dos itens 1 e 6 da Ordem do Dia dependem de votação secreta. Serão apreciados, neste momento.

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto da Lei da Câmara número 306, de 1965 (nº 3.249-B, de 1961, na Casa de origem), que isenta dos impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 240 e 241, de 1966, das Comissões: de Relações Exteriores e de Finanças.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, que se fará por escrutínio secreto.

(Pausa.)

Os Senhores Senadores já podem votar.

(Pausa.)

Vai-se passar à apuração.

(Pausa.)

Votaram Sim 25 Srs. Senadores. Votaram Não 9 Srs. Senadores. Houve uma abstenção.

O projeto foi aprovada. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 306, DE 1965

(Nº 3.249-B-65, na Casa de origem) Isenta dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro aos bens de imigrantes, na forma e nos limites desta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se imigrante todo estrangeiro que, munido de visto permanente, venha para o Brasil com a intenção de aqui fixar residência.

Art. 2º Os bens a que se refere o artigo 1º compreendem objetos de uso pessoal e doméstico, ferramentas e utensílios.

§ 1º A isenção abrangerá, também, os bens abaixo enumerados, no caso de o imigrante demonstrar, a 31 de Julho do Ministério das Relações Exteriores, ouvido o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA —, que necessita dos mesmos para o normal exercício de suas atividades profissionais no País:

I — animais, sementes e mudas, aparelhos, instrumentos, implementos e máquinas profissionais, pequenas unidades de beneficiamento agropecuário e tração agrícola;

II — veículos usados, a saber: veículo tipo jipe, caminhão, bicicleta, motocicleta e motoneta, limitados a uma unidade de cada espécie por imigrante ou grupo familiar, e desde que pertençam ao imigrante há mais de 6 (seis) meses da data do seu embarque no país de origem;

III — automóveis, barcos e veículos fluviais ou aéreos, cujo preço no mercado de origem não exceda de US\$ 3.500 (três mil e quinhentos dólares), computados os equipamentos, conforme prescreve o art. 4º da Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955, desde que pertençam ao imigrante há mais de 6 (seis) meses da data do seu embarque e seja uma unidade de cada espécie por imigrante ou grupo familiar.

§ 2º Os bens enumerados neste artigo não estão sujeitos a cobertura cambial e a licença de importação.

Art. 3º Poderá ser concedida isenção de imposto de importação às máquinas e equipamentos da indústria agropecuária e às embarcações de pesca trazidas pelo imigrante, cooperativa ou cooperativa de imigrantes.

§ 1º A concessão do favor previsto neste artigo importará na isenção da taxa de despacho aduaneiro e do imposto de consumo.

§ 2º A isenção será concedida pelo Conselho de Política Aduaneira, por proposta do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA —, ouvido o Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º A importação de equipamentos de natureza industrial que constituem bens de imigrantes independentes de cobertura cambial, mas ficará sujeita a licença de importação, regendo-se pelo mesmo tratamento que os investimentos de capital estrangeiro, conforme o Capítulo V do Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957, e disposições subsequentes, exceto no que se refere à remessa de lucros para o exterior, que não será permitida a qualquer título.

Art. 4º Os favores desta Lei são extensivos, no que couber, aos professores e cientistas que vierem ao Brasil por prazo determinado, para prestação de serviços considerados de natureza relevante pelo Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. O prazo a que se refere este artigo será fixado pelo Ministério da Educação e Cultura, segundo a natureza do serviço a ser prestado.

Art. 5º A aplicação do tratamento a que se refere esta Lei é condicionada à satisfação das seguintes formalidades perante a autoridade consular brasileira:

a) os bens do imigrante deverão constar de relação discriminada, aceita e visada previamente pela autoridade consular antes do embarque do imigrante no país de origem, comprovada a propriedade mediante apresentação de fatura, licença, registro, nota de venda ou documento equivalente, a juízo daquela autoridade;

b) tratando-se de máquinas, equipamentos ou aparelhos, além do exigido no item "a", deverá ser apresentado certificado fornecido por organização especializada e idônea, aceita pela autoridade consular brasileira, do qual conste: valor atual e ano de fabricação, não serem obsoletos, acharem-se em perfeito estado de conservação, terem sido reconhecidos ou não;

c) a quantidade e os valores devem ser proporcionais à condição econômica do beneficiário;

d) a quantidade, espécie e finalidade dos bens devem guardar estreita relação com a profissão do beneficiário, que deverá ser rigorosamente qualificado.

Parágrafo único. Em se tratando de animais, plantas em geral e sementes, será exigida a observância rigorosa dos regulamentos de defesa fitossanitária.

Art. 6º É proibida a venda, a promessa de venda, ou cessão, a qualquer título, dos bens de que trata esta Lei, antes de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do desembarque aduaneiro, salvo se previja e devidamente justificada perante a autoridade aduaneira, ouvido o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e pagos os tributos devidos.

§ 1º Ficam excluídos da proibição deste artigo os objetos de uso pessoal e doméstico, de acordo com o que dispõe o art. 17 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

§ 2º No caso de pagamento de tributos, poderá ser concedida redução,

atendida a depreciação decorrente do uso, a critério da autoridade aduaneira.

§ 3º O prazo a que se refere este artigo poderá ser reduzido para 2 (dois) anos, a requerimento do interessado e a critério das autoridades aduaneiras, ouvido o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

§ 4º A infração do disposto neste artigo será punida com pagamento em dobro dos tributos devidos e na forma do artigo 60, inciso I, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 7º Os bens transferidos ou adquiridos com infração da presente Lei serão apreendidos pela autoridade aduaneira, sem prejuízo da aplicação da penalidade do artigo 334 do Código Penal.

Art. 8º Aos favores de que trata esta Lei não se aplica o disposto no artigo 6º, letra "a", do Decreto-lei nº 300, de 24 de fevereiro de 1938.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, ficando revogado, para este único efeito, o disposto no § 1º do art. 1º do Decreto-lei número 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 6.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 186-A de 1964 na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, calculada no Pósto de Tenente-Coronel, superior ao devido, tendo Pareceres — da Comissão de Constituição e Justiça (221 de 1965-1º pronunciamento — pela constitucionalidade; (223 de 1966) 2º pronunciamento — favorável, nos termos do Substitutivo que oferece (com voto em separado do Senhor Senador Bezerra Neto); — da Comissão de Segurança Nacional (222 de 1966) — apresentando Substitutivo. — da Comissão de Finanças (224 de 1966) — favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Está em discussão o projeto com os Substitutos das Comissões de Segurança Nacional e de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 155, de 1966

Requeiro preferência para o substitutivo da Comissão de Segurança Nacional.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1966. — José Guimard.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação o requerimento.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar, para encaminhar a votação.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, sou contra a preferência soli-

citada pelo nobre Senador José Guimard.

O Art 56 da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, em seu § 2º dispõe:

"§ 2º No caso de registro sob reserva, o Tribunal recorrerá *ex officio* para o Congresso Nacional mediante comunicação minuciosa à Câmara dos Deputados, dentro de dez dias úteis, se estiver funcionando o Congresso, ou, se em férias o Parlamento, nos primeiros quinze dias úteis da sessão legislativa".

A douta Comissão de Segurança Nacional adotou substitutivo nestes termos:

Art. 1º É concedido o registro a concessão de reforma a Expedito Flor, no posto de Tenente-Coronel, conforme Processo número 1.830-63.

Não se trata de o Congresso Nacional determinar o registro, mas de apreciar recurso *ex officio* em consequência do registro sob reserva, nos termos do Art. 56, da Lei nº 830. Por conseguinte, a Comissão de Constituição e Justiça, atendendo à determinação da Lei e obediente a preceito constitucional, elaborou substitutivo ao projeto sem modificar a determinação contida no parecer da Comissão de Segurança Nacional, — nestes termos:

"Art. 1º É denegado provimento ao recurso *ex officio* da decisão do Tribunal de Contas da União, que, sob reserva, autorizou o registro da reforma do Capitão Expedito Flor, nos termos do Processo nº 1.830-63."

Por conseguinte, a Comissão de Constituição e Justiça o que fez foi apenas atender à técnica legislativa, e ficou obediente à orientação traçada pela Constituição e pela Lei número 830, que regula o funcionamento do Tribunal de Contas. Não poderíamos laborar, em consequência, um Decreto Legislativo que estivesse em contradição com a própria natureza do processo em exame.

O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Congresso Nacional e, por conseguinte, ao determinar o registro, sob reserva, da reforma do Capitão Expedito Flor, ele o fez atendendo a uma solicitação do Senhor Presidente da República. E por que assim procedeu ele, recusando inicialmente o registro de reforma. Porque entendia que ocorrera ilegalidade em face de duas promoções ao mesmo militar: em consequência, primeiro, de uma lei que lhe assegurava essa promoção; segundo, decorrência da aplicação de normas que lhe davam o mesmo direito, porque teve a sua reforma em virtude de acidente em serviço. O Tribunal entendeu que não ocorrera o acidente em serviço para lhe assegurar esse direito, mas que havia um laudo médico estabelecendo a sua incapacidade em decorrência de uma anestesia feita em um hospital militar, que lhe ocasionou incapacidade para a vida civil.

O Congresso Nacional não pode reexaminar o laudo; não pode questionar com a deliberação dos médicos. E aqui argui-se que o Capitão Expedito Flor deveria propor ação, para obter indenização da União.

Ora, a determinação contida no processo, de duas promoções, já constituiu uma reparação civil ao Capitão que ficou inválido por um erro ocasionado na sua operação.

Acredito que, nos termos da técnica legislativa e nos termos mais razoáveis que possam ser apreciados, o substitutivo da Comissão de Justiça supera o substitutivo da Comissão de Segurança Nacional, atendendo aos

objetivos do próprio parecer da douta Comissão de Segurança Nacional, sem aquele desentendimento da orientação legal e constitucional a que me referi.

Assim, Sr. Presidente, convoco os ilustres Senadores para que recusem a preferência, adotando o substitutivo da Comissão de Justiça, que não prejudica o Capitão Expedito Flor nem altera, na sua conclusão, o pronunciamento da douta Comissão de Segurança Nacional. (Muito bem.)

O SR. JOSÉ GUIMARD:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador José Guimard.

O SR. JOSÉ GUIMARD:

(Pela ordem) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, venho pedir a V. Exa. a retirada do meu requerimento de preferência, porque, na verdade, houve um acodamento na interpretação do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Concordo com as palavras do nobre colega, Senador Jefferson de Aguiar. Uma vez que os objetivos da Comissão de Segurança Nacional estão atingidos no Substitutivo, sendo a questão apenas de redação, venho pedir a V. Exa. a retirada do meu requerimento. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Com a retirada do requerimento pelo seu autor, passa-se à votação do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, o que se fará em escrutínio secreto. Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e o substitutivo da Comissão de Segurança Nacional.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração (Pausa.)

Votaram "sim" 35 Senadores e 7 "não".

O substitutivo foi aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação, a fim de que seja redigido o vencido, para o turno suplementar.

E' o seguinte o substitutivo aprovado:

"Art. 1º É denegado provimento ao recurso *ex officio* da decisão do Tribunal de Contas da União, que, sob reserva, autorizou o registro da reforma do Capitão Expedito Flor, nos termos do Processo nº 1.830-63.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação".

O SR. PRESIDENTE:

E' o seguinte o projeto prejudicado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1965

(Nº 186-A, DE 1964, NA CASA DE ORIGEM)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, calculada no posto de Tenente-Coronel superior ao devido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, exarada no Processo nº 1.830-63, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, Capitão Especialista em Fotografias da Aeronáutica, por ter sido calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) —

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vitorino Lima.

O SR. VIVALDO LIMA — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, Senhores Senadores, recebi o plano elaborado pelos Órgãos Regionais do Ministério da Agricultura, — ACARES, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Central de Cooperativa do Estado do Espírito Santo — no sentido da adoção de um plano integrado de desenvolvimento da agricultura no Estado do Espírito Santo.

Quero destacar alguns trechos deste trabalho cuja grandeza será apreciada, brevemente, no Ministério da Agricultura. Propiciará ele resultados extraordinários no desenvolvimento do meu Estado. No trabalho metódico de apreciação global da agricultura, no Estado do Espírito Santo, da situação social ali apreciada, os técnicos que tiveram esta missão esclarecem o seguinte:

(Lê)

“As necessidades manifestas e diagnosticadas no Setor Agrícola constituem o campo de ação e o ponto de partida do desenvolvimento programado.

A enumeração dos problemas que entravam o desenvolvimento da agricultura no Espírito Santo, requer, preliminarmente, a apresentação de um panorama geral

dêsse setor e do conjunto do sistema econômico a que pertence.

A economia estadual apresenta-se, em muitos aspectos, imutável e estagnada e seus índices de evolução vêm-se apeguando, ano após ano, em relação às médias do país.

Esta constatação é fundamental para avaliar a necessidade de acelerar o ritmo de desenvolvimento regional e identificar, na permanência das disparidades setoriais, a causa primeira da permanência da agricultura em níveis insatisfatórios de renda e tecnologia.

O Setor Agrícola não dispõe de forças intrínsecas que lhe permitam um crescimento autônomo. O polo dinâmico do desenvolvimento se localiza nas áreas urbano-industriais, e a agricultura, como área periférica e dependente, não pode ser analisada isoladamente. Entre as duas áreas transitam um fluxo de produção de bens e serviços e um fluxo de fatores (basicamente de mão de obra e imaterial), com magnitude e composição variantes para o desenvolvimento do setor primário.”

A agricultura no Espírito Santo abrange, pelo Censo de 1966, um total de 54.800 propriedades com área de 2.890.000 habitantes, onde trabalham e vivem 130.000 famílias, compondo uma população rural agrícola de 720.000 pessoas (68% dos habitantes do Estado). Bastaria essa proporção para caracterizar uma agricultura típica de subsistência, voltada para o auto consumo familiar, amenizada apenas pela amplitude da cafeicultura estadual, voltada para o mercado externo.

A lavoura de café progrediu no Estado, às custas da exploração predatória do solo. Com o fim do ciclo da “terra virgem” estacionou-se a marcha do café e, à falta de alternativas agrícolas, acentua-se no Estado a expansão da pecuária extensiva;

indústria, de modo a absorver os excelentes resultados da decadência da cafeicultura e da expansão da pecuária extensiva.

Por outro lado, a concentração imobiliária atua em sentido contrário a um dos objetivos fundamentais do desenvolvimento econômico, qual seja a melhor distribuição da renda.

Essa colocação do problema conduz à formulação de dois princípios que devem nortear o diagnóstico das necessidades do setor agrícola e o equacionamento de soluções:

a) a programação do desenvolvimento econômico para o Setor Agrícola deve considerar a manutenção do nível de emprego e, conseqüentemente, adotar alternativas agrícolas para fazer face à retração da cafeicultura.

b) A estrutura agrária do Estado deve ser preservada contra a tendência à concentração imobiliária e, conseqüentemente, a programação do desenvolvimento econômico deve optar por alternativas cooperativistas ou pela atuação do setor público onde e quando a solução técnica mais adequada não estiver ao alcance da propriedade tamanho familiar.

A composição da produção agrícola do Estado é apresentada na Tabela a seguir. A inclusão dos saldos do intercâmbio comercial de produtos agropecuários e de seus derivados objetiva fornecer uma indicação aproximada da parcela da produção comercializada, uma vez que o consumo interno do Estado é limitado pela dimensão reduzida da população (32%) e pela ausência de um parque industrial que utilize matérias-primas agrícolas.

O caráter extrativo e extensivo da agricultura ressalta da composição da pauta de produtos que apresentam exportações líquidas significativas: madeiras, café, bovinos para corte e caça. O feijão surge como um caso esporádico e intermitente, ao sabor das oscilações de mercado e de clima. Os laticínios e as perspectivas de Farinha de mandioca, banana e ovos de Granja, embora promissores, representam uma parcela reduzida face ao valor total do Produto Bruto da Agricultura.

Por outro lado, um elevado déficit de arroz é uma constante da economia estadual e constitui uma oportunidade para a expansão da rizicultura para suprir a demanda interna.

A participação do café na formação da renda agrícola (35,5%) caracteriza a extrema dependência de toda a economia do Espírito Santo, das oscilações de safra, de preço, de mercado externo e de política nacional no setor cafeeiro.

Pode-se deduzir dessa dependência o impacto com que a decadência da cafeicultura repercute sobre toda a economia estadual.

A produção agrícola do Espírito Santo, em síntese, apresenta-se quantitativamente baixa, pouco diversificada, e com uma faixa excessivamente ampla de autoconsumo. Além disso a marcha do café no território estadual distanciou progressivamente as Zonas agrícolas dos centros de consumo, onerando os custos de comercialização e prejudicando o abastecimento urbano.

Em contrapartida, a renda agrícola, sobre ser ínfima, assume só em parte a forma monetária, constituindo o restante por produtos em espécie. Baixo nível

de renda representa baixo padrão de vida, incluindo-se aí toda uma gama de necessidade que o desenvolvimento econômico deveria satisfazer no mais curto prazo:

Renda Monetária, baixa significa também pequeno poder de compra, e dimensão reduzida do mercado interno para produtos industriais, não só de bens de consumo como também de insumos e bens de capital.

A luz dessas considerações é iléito elevar à condição de prioridades básicas da programação para o setor agrícola esses dois objetivos:

a) Integrar numa economia de mercado a faixa do setor agrícola de auto-consumo, pela expansão e/ou introdução de culturas e criações que contem com demanda significativa quer no setor urbano do Espírito Santo e dos Estados Vizinhas (gêneros alimentícios e matérias primas industriais) quer no exterior (produtos de exportação).

b) Diversificar a produção agrícola do Estado de modo a reduzir a dependência da economia regional ao setor cafeeiro.

2) Pregos e mercados

A elevação da renda per capita no setor agrícola resulta da conjugação de múltiplos fatores, mas num modelo simplificado, pode-se considerar que ela decorre:

1) da produtividade física dos fatores;

2) da relação entre os preços dos produtos agrícolas e dos insumos e bens de capital.

Nas várias considerações deste trabalho é apreciada toda a conjuntura espírito-santense, com dados, quadros sinópticos, informações estatísticas, que demonstram a necessidade de um planejamento adequado, para a integração do Espírito Santo na Federação Brasileira.

As dificuldades capixabas, no setor econômico, decorrem, inclusive, da ausência de organismos estatais para o desenvolvimento, porque o Espírito Santo não faz parte da SUDENE, nem de nenhum órgão estatal que tenha por missão especializada o desenvolvimento econômico.

As contingências locais, as dificuldades políticas que se têm apresentado e toda uma gama de fatores negativos têm influenciado a estagnação do Estado no setor do desenvolvimento. A mão-de-obra ociosa e todos os outros fatores negativos de uma economia estão sendo observados, e este plano já denuncia, de maneira científica e adequadamente panorâmica, tudo aquilo que pode ser feito pelo Espírito Santo, no setor agrícola, inclusive porque será um grande produtor de bens de consumo para atender ao Estado vizinhos, inclusive aquele que não tem produção própria, o Estado de Guanabara.

Em conseqüência, dando publicidade ao plano e louvando aqueles que o elaboraram, desejo convocar a atenção do Sr. Ministro da Agricultura e do Senhor Presidente da República para essa apreciação que constitui a própria radiografia do Estado do Espírito Santo. Acredito que os setores federais irão atender às necessidades do Estado porque aqui está bem exposta uma situação grave que se poderá transformar, social e economicamente, em setor explosivo na Federação Brasileira.

Sr. Presidente, acredito que as autoridades federais, apreciando os dados aqui enunciados, terão em vista uma assistência ao Estado do Espírito Santo, embora sem prestígio político na Federação e sem grandes perspectivas econômicas (Não apoiados! Não apoiados!) dentro do quadro apresentado em nosso Estado. Tenho fé em que o Espírito Santo, dentro em breve, deflagrará o seu movimento de desenvolvimento para integrar-se na

% sobre a área total do Estado	1940	1950	1960
Área em Pastagens e Inculta	21,6%	27,7%	32,2%
Área em Lavouras	14,4%	14,9%	18,7%
Área em Mata e não ocupada	64,0%	57,4%	49,1%

Fonte: IBGE — Censos Agrícolas.

Esse fenômeno tem efeito regressivo sobre o nível de renda, sobre o nível de emprego, sobre a distribuição imobiliária e sobre a produção de cereais, com que a prosperidade da cafeicultura estava intimamente correlacionada. A influência da retração da cafeicultura e da expansão

extensiva da pecuária resulta exatamente da disponibilidade da mão-de-obra (nos meses da entressafra) e de terra (consorciação proporcionados pela lavoura de café que, longe de ser monocultura, induz a produção de gêneros de subsistência. Os índices constantes no quadro a seguir ilustram os demais efeitos regressivos relacionados:

ÍNDICES	1940	1950	1960
Concentração da posse da Terra (*)	0,374	0,399	0,401
% da População Ativa sobre P. Rural	39,0%	40,9%	33,3%
% de parceiros sobre P. Ativa	+ 15,5%	35,5%	24,0%

* A permanência da disparidade setorial da economia do Estado e a incapacidade de a área urbana absorver sequer a força de

trabalho resultante de seu próprio crescimento vegetativo, não permite ampliar o fluxo de mão-de-obra da agricultura para a

Federação Brasileira, não como um enteado, mas como um Estado que tem dos setores federais a assistência para o desenvolvimento e para a paz social. *(Muito bem; muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há mais orador inscrito. (Pausa.)

Comunico aos Senhores Senadores que o Congresso Nacional está convocado para hoje, às 21 horas, para ouvir leitura de Mensagem com que o Sr. Presidente da República encaminha Projeto de Lei para apreciação, em conjunto, pelas duas Casas.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão designando para a da próxima sexta-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 22 de abril de 1966

(Sexta-feira)

1

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de

1964, de autoria do Sr. Senador Eurico de Rezende, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 218 e 220, de 1966, das Comissões: — de Constituição e Justiça; de Minas e Energia e de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1966 (nº 3.505-A de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dá nova redação aos artigos 263 e 266 do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938) e da outras providências, tendo parecer favorável, (sob nº 259 de 1966) da Comissão de Projetos do Executivo e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos).

ATAS DAS COMISSÕES

DIRETORIA DAS COMISSÕES

Comissão de Educação e Cultura

4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1966

As quinze e trinta horas do dia dezoito de abril de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, Presidente, presentes os Senhores Senadores Gay da Fonseca, Josaphat Marinho, Antônio Balbino e Antônio Carlos, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Padre Calazans, Arnon de Melo e José Leite. É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

— Pelo Senador Antônio Balbino

— Pela rejeição ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1964, que dispõe

sobre a alfabetização de adultos e adolescentes por estudante de ensino médio".

Passando a presidência ao Senhor Senador Gay da Fonseca, o Senhor Senador Menezes Pimentel passa a relatar o seguinte projeto:

— Pela rejeição ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1964, que concede aos estudantes que tenham concluído a 4ª série das Faculdades de Medicina e estágio em serviço sanitário oficial o título de Sanitário ou Puericultor e aos diplomados em Pedagogia, com estágio em serviço de Puericultura, o de Auxiliar de Puericultura".

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Giuberti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ernirio
 Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopez da Costa
 Antonio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atílio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ernirio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-0.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles
 Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guimard

SUPLENTE

Jose Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedicto Valladares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
 Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
 Júlio Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacharias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ernirio

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnon de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaga
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
 José Guimard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ernirio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
Atilio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atilio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guionard
José Leite
Lopes da Costa
Eugênio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domício Gondim

ARENA**TITULARES**

Domício Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLICENO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaga
Elisefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domício Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guionard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Pericles

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**(11 MEMBROS)**
COMPOSIÇÃOPresidente: Senador Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz**ARENA****TITULARES**Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
Jose Cândido
Padre Calazans**SUPLENTE**José Guimard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira**M D B**Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de QueirozArgemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castelon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE SAÚDE**(5 MEMBROS)**
COMPOSIÇÃOPresidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga**ARENA****TITULARES**Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga**SUPLENTE**Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros**M D B**Adalberto Sena
Pedro LudovicoOscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**(7 MEMBROS)**
COMPOSIÇÃOPresidente: Senador Zacarias de Assunção
Vice-Presidente: Senador Oscar Passos**ARENA****TITULARES**José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco**SUPLENTE**Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga**M D B**Oscar Passos
Silvestre PériclesJosaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**(7 MEMBROS)**
COMPOSIÇÃOPresidente: Senador Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Senador Victorino Freire**ARENA****TITULARES**Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Melo
Sigefredo Pacheco**SUPLENTE**José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga**M D B**Adalberto Sena
Nelson MaculanAurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS****(5 MEMBROS)**
COMPOSIÇÃOPresidente: Dix-Huit Rosado
Vice-Presidente: João Abrahão**ARENA****TITULARES**José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado**SUPLENTE**Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard**M D B**João Abrahão
Ruy CarneiroArthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**(6 MEMBROS)**
COMPOSIÇÃOPresidente: Edmundo Levi
Vice-Presidente: José Guimard**ARENA****TITULARES**José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa**SUPLENTE**Filinto Müller
Zacarias de Assunção
Lobão da Silveira**M D B**Edmundo Levi
Oscar PassosAdalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Verissimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.